



**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, PESQUISA E EXTENSÃO  
MESTRADO EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**LINCOLN DE OLIVEIRA RONDAS**

**VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE TRAVESTIS: das estratégias  
pessoais às políticas de inclusão**

**Belo Horizonte**

**2012**

**LINCOLN DE OLIVEIRA RONDAS**

**VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE TRAVESTIS: das estratégias  
pessoais às políticas de inclusão**

Dissertação e proposta de intervenção apresentadas ao Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Inovações Sociais, Educação e Desenvolvimento Local.

Linha de pesquisa: Processos educacionais: tecnologias sociais e desenvolvimento local

Orientadora: Profa. Dra. Lucília Machado

**Belo Horizonte**

**2012**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, PESQUISA E EXTENSÃO**  
**MESTRADO EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E**  
**DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação intitulada “**VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE TRAVESTIS: das estratégias pessoais às políticas de inclusão**”, de autoria do mestrando **Lincoln de Oliveira Rondas**, aprovada pela banca examinadora, constituída pelos seguintes professores:

---

Profa. Dra. Lucília Regina de Souza Machado (Orientadora) – UNA

---

Profa. Dra. Vanessa Andrade de Barros - UFMG

---

Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves – UNA

---

Profa. Dra. Lucília Regina de Souza Machado  
Coordenadora do Mestrado em Gestão  
Social, Educação e Desenvolvimento Local

Belo Horizonte, 5 de julho de 2012

## **DEDICATÓRIA**

*Às travestis que participaram desta pesquisa, por disponibilizarem seu tempo, partilharem suas experiências e anseios e pelo exemplo de luta, coragem e resistência.*

## AGRADECIMENTOS

---

À minha mãe, Maria Luiza de Oliveira Rondas, pelo exemplo de serenidade e equilíbrio e por me apoiar e encorajar em todos os sentidos neste processo de minha formação.

À Ângela Annes Guimarães, com quem tenho uma longa história de amizade, por ter acreditado em meu potencial e ter investido em minha formação. Sua generosa colaboração viabilizou este projeto.

À minha orientadora, Profa. Dra. Lucília Machado, por ter me encorajado e acreditado neste projeto. Tive, durante o processo da elaboração desta dissertação, a possibilidade de usufruir e me beneficiar de sua competência profissional, assertividade e capacidade de contornar obstáculos.

Ao Prof. Dr. Frederico Melo e à Profa Dra Raquel Garcia Gonçalves, pela participação na banca do exame de qualificação e pelas valiosas contribuições a este trabalho.

Aos professores do Programa de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, do Centro Universitário UNA, pelos ensinamentos que sustentaram este projeto, em especial à Profa. Dra. Eloisa Helena Santos pelo seu profissionalismo e competência.

Ao Centro Universitário UNA, por meio de seu Programa de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, pela oportunidade de desenvolver este projeto.

A Deisa Chamahum Chaves, pela sua imprescindível colaboração e por me permitir desfrutar de sua companhia e de seu coração generoso nos períodos mais desafiadores desse projeto, especialmente quando confrontados por nossas próprias limitações.

À Camila Torquetti e Miguel Ângelo Cançado Assis, pelo apoio, eficiência e carinho com que me receberam em sua casa durante a confecção das tabelas, quadros e gráficos.

A Talles Prospero de Paula, por partilhar comigo sua experiência como pesquisador e pela companhia e solidariedade constantes.

À Valkiria La Roche, Carlos Magno, Liliane Anderson, Anyky Lima e Henrique Moreira de Castro por intermediarem contato com as travestis entrevistadas.

Às travestis que se dispuseram a participar desta pesquisa e foram entrevistadas.

Ao CRLGBT (Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), estrutura da Coordenadoria de Direitos Humanos, órgão da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania de Belo Horizonte, pela atenção e material informativo.

Ao NUH/UFMG (Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT), especialmente ao seu coordenador Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado, por proporcionar acesso às suas atividades, seminários, mesas redondas, aulas abertas e debates.

Ao Prof. MSc. Marco Antonio Torres do Departamento de Educação do ICHS/UFOP, pelo acesso ao minicurso Educação, diversidade sexual e homofobia: desafios contemporâneos da escola, por ele ministrado em novembro de 2011.

Ao CELLOS MG (Centro pela Livre Orientação Sexual), MGB (Movimento Gay de Betim), MGM (Movimento Gay de Minas - Juiz de Fora), MOOCAH (Movimento Organizado de Combate à Homofobia – Contagem), ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), ASSTRAV - BH e Núcleo de Relações Étnico-raciais e de Gênero da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte pelo acesso às suas atividades, seminários, mesas redondas, aulas abertas e debates.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução desta dissertação.

*Então, quem haveria de ser ingênuo assim a ponto de pensar que seria possível? Pensar que o que nos constitui, que aquilo que tecemos e acaba por se confundir conosco, com as “asas do nosso desejo”, do nosso ser e desejo, seria fácil assim de encontrar, estaria dado a nós por decreto? Não, tecer isso que vai de nós a nós mesmos, esse tecido que é rede de nosso ser e asa do nosso desejo, não está mais dado, não está mais garantido, do que o êxito da migração, por exemplo, dos falcões, ou do que a circulação da seiva numa das milhares de folhas da casuarina.*

José Maria de Oliveira Cançado

## RESUMO

Esta dissertação buscou analisar as condições sociais que dificultam a valorização profissional de travestis; conhecer, por meio de depoimentos de algumas delas, o que tem lhes servido de embaraços, estorvos ou impedimentos para que se situem no mercado de trabalho conforme almejam; identificar suas estratégias pessoais para a superação desses obstáculos e realizar a inserção e a permanência no mercado de trabalho; e propor encaminhamentos a serem observados por políticas sociais, públicas ou privadas, que visem à inclusão social desse grupo social e à aceitação da sua diversidade sexual pela sociedade. Por estratégia de valorização profissional foram consideradas as decisões, ações e seus resultados, que tenham a perspectiva de tornar mais valorizados socialmente o exercício de profissões e aqueles que as exercem. O problema que deu origem a esta dissertação decorreu da observação que se pode fazer: há, à primeira vista, um número muito pequeno de travestis inseridas no mercado de trabalho, especialmente o formal. Para tanto, de uma amostra de doze travestis entrevistadas, foram analisados o perfil socioeconômico, educacional e de situação de trabalho; as dificuldades que elas têm encontrado para se inserirem no mercado de trabalho formal e nele permanecerem; seus objetivos, ações e meios visando obter valorização profissional, inserção e permanência no mercado de trabalho; e o engajamento delas em ações afirmativas de caráter coletivo como uma das formas de buscar a valorização desse segmento pelo mercado de trabalho e sociedade. Dois modelos teóricos de estratégia de valorização profissional serviram de referência, o paradigma defensivo e o ofensivo. Pretendeu-se, assim, dar visibilidade às dificuldades que esse segmento sociocultural encontra frente ao mercado de trabalho na busca da realização das suas aspirações profissionais e discutir ações de políticas públicas que possam promover seu acesso à capacitação, ao emprego, fortalecendo sua aceitação social pela sociedade. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam ser úteis ao planejamento e execução de políticas inclusivas de educação e de qualificação profissional e de promoção da inserção e permanência de travestis no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Valorização profissional; travestis; educação; mercado de trabalho; desenvolvimento local.



## **ABSTRACT**

This study proposes to analyze the social conditions that prevent some transvestites from obtaining professional empowerment. Based on some of their own accounts an effort was made to try to identify what sort of embarrassments and impediments have kept transvestites from being inserted in the job market as well as to identify their own personal strategies to overcome such obstacles. Some procedures to be considered by the social, public and private sectors are proposed in order to promote the social insertion and the acceptance of the diversity of this social group by society. Professional value strategies consist of their decisions, strength actions and results that have a perspective in making them socially and professionally valued. The problem that originated this study was the assumption that only a few transvestites occupy positions in the formal job market. Twelve transvestites took part in an interview where their social-economic, educational and present work status were analyzed. Positive attitudes towards professional assertiveness and engagement in affirmative actions as a means to be recognized by the job market and society as a whole were also object of analyses. Offensive and defensive theoretical methodologies were used as a reference to identify their professional aspirations and to discuss political policies that may promote access to qualification and jobs and the reinforcement of their acceptance by society. It is expected that the results of this research may be useful in the planning and in the execution of inclusive educational policies and professional qualification and in the promotion of the insertion and permanence of transvestites in the job market.

**Key words:** Professional assertiveness; transvestites; education; job market; community development.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

---

### GRÁFICOS

Figura 1. Distribuição etária das travestis entrevistadas

Figura 2. Auto-atribuição étnico-racial pelas travestis entrevistadas

Figura 3. Pertença religiosa das travestis entrevistadas

Figura 4. Grau de escolaridade das travestis entrevistadas

Figura 5. Período aproximado de atuação na profissão / ocupação atual e idade das travestis entrevistadas

Figura 6. Proporção de travestis com dificuldades vindas das relações familiares, com outras pessoas (não familiares), no ambiente de trabalho e de si mesmas para a inserção e permanência no mercado de trabalho

Figura 7. Razões apontadas pelas travestis para a satisfação com o emprego / atividade

Figura 8. Razões apontadas pelas travestis para a insatisfação com o emprego / a atividade

Figura 9. Confiança em instituições que lutam a favor da comunidade LGBTT

Figura 10. Troféu Xica Manicongo

## **QUADROS**

Quadro 1. Perfil etário, étnico, religioso, educacional, profissional, de situação de trabalho e filiação a entidades das travestis

Quadro 2. Período aproximado de atuação das travestis entrevistadas na profissão / ocupação atual

Quadro 3. Dificuldades vindas das relações familiares, com outras pessoas (não familiares), no ambiente de trabalho e de si mesma para a inserção e permanência no mercado de trabalho

Quadro 4. Sonhos, desejos e aspirações profissionais e pessoais das travestis entrevistadas

Quadro 5. Áreas anteriores de trabalho

Quadro 6. Atividades de qualificações profissional e pessoal

Quadro 7. Forma usada para conseguir o emprego / a atividade atual

Quadro 8. Posicionamento face à participação de ações coletivas pró-LGBTT

Quadro 9. Planos e desafios referentes à participação em ações coletivas pró-LGBTT

## **TABELAS**

Tabela 1. Razões das travestis entrevistadas pela satisfação com o emprego / atividade

Tabela 2. Razões de insatisfação das travestis entrevistadas com o emprego / atividade exercida

## LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Lésbicas e Travestis

AGM - Associação Gay de Minas

ALEM - Associação Lésbica de Minas

ANNT - Articulação Nacional de Travestis e Transexuais

ASSTRAV- Associação de Transexuais e Travestis de Minas Gerais

ASTRA-Rio – Associação das Travestis e Transexuais do estado do Rio de Janeiro

CELLOS - Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual

CID - Código Internacional de Doenças

CONABGLT - Congresso Nacional da ABGLT

CRH - Centro de Referência da Diversidade Sexual

CRLGBT - Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) da PBH/MG

DST/AIDS – Doenças sexualmente transmissíveis / *Acquired immune deficiency syndrome* ou *acquired immunodeficiency syndrome* ou síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA)

ELLOS - Grupo Ellos Pela Livre Orientação Sexual

GLBT - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

GEHBET - Grupo de Educação e Cultura para Homossexuais de Betim

GUDDS - Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual

HSH- Homens que fazem sexo com homens

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MEC – Ministério da Educação

MGB – Movimento Gay de Betim

MGM – Movimento Gay de Minas

MOOCAH – Movimento Organizado de Combate à Homofobia

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MGBBLTT - Movimento de Gays, bissexuais, lésbicas, transgêneros e transexuais

ONG – Organização não governamental

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

SMADC - Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania BH/MG

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
CAPÍTULO I - Condições sociais da valorização profissional de travestis .....	31
CAPÍTULO II – A consulta às travestis .....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	83
REFERÊNCIAS .....	90
APÊNDICE I - Proposta de intervenção (PACE - Travestis) .....	94
APÊNDICE II - Termo de consentimento livre e esclarecido .....	103
APÊNDICE III - Roteiro para entrevista semi-estruturada .....	106
ANEXO I - Aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) .....	109

## 1. INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação diz respeito às estratégias de valorização profissional de travestis, tendo em vista alcançar a inserção e a permanência no mercado de trabalho e a aceitação da sua diversidade sexual pela sociedade.

Nesta dissertação, por estratégia de valorização profissional está sendo entendida a perspectiva constituída por objetivos, decisões e ações, que os trabalhadores tomam como referência visando tornar suas forças de trabalho mais valorizadas. Essas estratégias estão, em geral, articuladas com outras ou direcionadas por diversas finalidades, dentre elas, a de obter maior valorização pessoal, relacionamento social, melhoria das condições de vida etc.

No caso das travestis, além do reconhecimento e valorização no mercado de trabalho, a valorização profissional é também uma forma de reconhecimento e aceitação do seu modo subjetivo e diverso de ser pela sociedade.

O problema que deu origem a esta dissertação decorre da observação que se pode fazer: há, à primeira vista, um número muito pequeno de travestis inseridas no mercado de trabalho, especialmente o formal. As travestis parecem estar restritas a determinadas áreas de atuação, a saber, entretenimento noturno, (recepção e shows em boates, saunas gays) moda, estética e beleza.

Aparentemente, isso se deve ao fato de que a sociedade se habituou à atuação das travestis nesses segmentos. Parece existir uma tradição ou tendência de associar as travestis ao exercício de ocupações destas áreas, notadamente, da prostituição. Quando atuam fora dos contextos mencionados, comumente, as travestis despertam risos, desprezo ou agressividade.

Inserir-se no mercado de trabalho e nele garantir permanência representa para os trabalhadores, em geral, uma batalha diária, que se revela muito mais complexa e difícil para as travestis.

A preocupação específica com a viabilização da inserção das travestis no mercado de trabalho começa a ganhar corpo nas redes sociais. O transexual João W. Nery, que ganhou espaço na mídia pela sua disposição para falar sobre a sua transformação de mulher para homem e pelo lançamento de seu livro, *Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*, onde conta sua história, iniciou no seu mural do *Facebook*, em janeiro de 2012, uma campanha para incentivar os empresários não-homofóbicos a darem emprego a elas. Nessa campanha, pretende-se, além do emprego, conseguir assistência à saúde para as travestis. O slogan da campanha é: “Tire uma travesti ou uma transexual da rua. Dê-lhe um emprego digno, ela merece!”

Dentre os vários comentários postados referentes a essa campanha, destacam-se alguns pela sua importância para este estudo. Em um deles, a travesti afirma que luta há dez anos para sair da prostituição e continua a ter fé que um dia achará trabalho digno. Afirma que, embora seja cabeleireira e maquiadora, não consegue emprego em salões de beleza. Segundo ela, só terá emprego se for dona de salão.

Outro comentário é de uma travesti que possui duas graduações, em física e engenharia elétrica. Além disso, é fluente em inglês e espanhol. Segundo ela, não basta ter emprego, é necessário ser respeitada como profissional e cidadã: *Eu tenho emprego, mas não tenho respeito.*

Outra travesti lamenta que procura emprego, faz entrevistas, aguarda ser chamada, mas nunca o é. A proposta de João Nery, no *Facebook*, parece ser uma ação isolada, mas pode se fortalecer e se ampliar pela rede social.

Tratando especificamente de travestis, há o *Blog* ideias-canhotas.blogspot.com de Flávio Alves. Na edição de 10 de janeiro de 2012, são feitas várias considerações sobre aspectos externos do comportamento do público LGBT e sua repercussão na sociedade, observando que os comportamentos mais contidos, menos espalhafatosos, sem trejeitos efeminados, recebem certa tolerância da sociedade, facilitando a inserção dos homossexuais que assim agem no convívio social.



Segundo Alves (2012), a sociedade pressiona de tal maneira os homossexuais a terem uma atitude de negação de si mesmos, a adotarem uma roupagem heteronormativa, palatável ou invisível, que não choca nem levanta bandeiras.

Alves enfatiza o respeito e a admiração que sente em relação às travestis e transexuais porque são os grupos mais atacados, incompreendidos e discriminados. Segundo ele, até mesmo a população LGBT discrimina as travestis. Também no mercado de trabalho, são as travestis que encontram as maiores dificuldades. Segundo ele, elas

Sofrem com a falta de tratamento e atendimento adequados, com a carência de políticas públicas que atendam suas especificidades. São elas que são mais apontadas na rua, na escola, alijadas do meio familiar, invisíveis para o poder público. Sobre elas ainda pesa o estigma da marginalidade.<sup>1</sup>

Para Alves, as pessoas consideram travestilidade e transexualidade como sinônimos de sujeira, imoralidade e prostituição e ratificam o estereótipo das travestis: barraqueiras, agressivas, debochadas, perigosas, ameaçadoras.

As travestis desafiam a regra da invisibilidade imposta pela sociedade. Elas são transgressoras. Não se comportam com discrição, não seguem o padrão heteronormativo. As travestis se expõem, reagem, enfrentam as imposições sociais. Para Alves (2012), as travestis tiram a pessoa do seu lugar confortável, expõem o preconceito que existe na maioria das pessoas.

É preciso cuidado, entretanto, para não demonizar ou divinizar as travestis. Não há dúvida quanto à discriminação que sofrem, mas o que se deve ter em mente é que são pessoas, nem heroínas nem vilãs. Pessoas que têm sonhos, desejos, aspirações, amores, necessidades comuns a todo ser humano. E que sofrem com a ignorância, intolerância e inflexibilidade de uma sociedade heteronormativa, para quem “ter” é menos importante do que “ser”.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://ideias-canhotas.blogspot.com/>>. Acesso em: 10/fev. 2012.

Uma atitude importante para diminuir o número de pessoas que se prostituem como meio de sobrevivência foi tomada em Santo André, no estado de São Paulo. A ONG ABCD – Ação Brotar pela Cidadania e Diversidade Sexual - começou a encaminhar travestis interessadas às empresas com que firmou parcerias. São empresas multinacionais que exigem ensino médio completo, boa comunicação e oferecem salários acima de mil reais, vales transporte e alimentação.<sup>2</sup>

Uma dificuldade identificada é a qualificação das travestis. Poucas têm o ensino médio. Além disso, a renda média mensal na prostituição na Avenida Industrial, em Santo André, pode chegar a dez mil reais/mês o que é praticamente impossível de se obter no mercado de trabalho formal.

Para a ONG ABCD, as travestis são vítimas de preconceito diariamente, estão sujeitas a doenças, correm o risco de serem assassinadas, envolvem-se com o mundo das drogas e do crime, tentam arrumar trabalho e não conseguindo, migram para a prostituição. Elas, ainda, segundo essa organização, geralmente são expulsas de casa e não têm apoio da família, se prostituem para não morrer de fome, não têm qualificação profissional adequada.

O presidente de honra dessa ONG, Marcelo Gil, afirma:

Muitas vezes a sociedade acaba empurrando essas pessoas para a rua e não queremos isso. Nosso trabalho ainda é pequenininho, mas vamos crescer. Já empregamos 18 travestis e transexuais. Nosso maior desafio é aumentar a escolaridade das interessadas. Tem muita gente que não consegue vagas por isso.<sup>3</sup>

A prefeitura de Santo André também realiza um trabalho para empregar travestis e transexuais e capacitou funcionários para lidar com essas pessoas. A matéria jornalística

---

<sup>2</sup> Fonte:

<<http://www.redebomdia.com.br/noticia/detalhe/7274/A+luta+pelo+emprego+das+travestis+no+ABCD>>. Acesso em: 14/fev./2012

<sup>3</sup> Fonte:

<<http://www.redebomdia.com.br/noticia/detalhe/7274/A+luta+pelo+emprego+das+travestis+no+ABCD>>. Acesso em: 14./fev./2012

sobre as iniciativas desta prefeitura traz depoimentos de travestis extremamente importantes:

*As pessoas precisam saber que opção sexual não define caráter nem profissionalismo de ninguém.* Mel Muniz, 28 anos – agente de utilidade pública.

*Largaria tudo se arranjasse um emprego numa loja que me pagasse mil reais por mês.* Paloma, 22 anos – ex-vendedora de planos funerários, atualmente na prostituição.

*Nunca vi uma grande empresa contratar travesti: Nenhuma das minhas amigas também não. As portas são fechadas e o preconceito fala mais alto nesse momento.* Aline Lima, 32 anos - Cabeleireira.

*Além de correr atrás das oportunidades na área é preciso ter postura. Já entreguei currículo e sempre estive adequadamente vestida. Você não está ali para mostrar seu corpo e sim seu trabalho. É preciso ter senso de lugar. Mesmo assim, ainda tem gente que olha feio.* Jackeline Aveiro, 24 anos – Cabeleireira.

*Vagas têm, mas é preciso correr atrás e se qualificar.* Aline Lima, 32 anos – Cabeleireira.

Vanderlei Palácio Teixeira, presidente do grupo Liberdade LGBT SBC considera que faltam políticas públicas e mobilização das empresas para empregar pessoas desse grupo. Ele pergunta: *Você já viu algum travesti trabalhando em banco ou como operador de caixa em supermercado? Além da área da beleza e da prostituição, nunca vi.*<sup>4</sup>

Mais um avanço na questão da invisibilidade das travestis. Recentemente o Ministério da Saúde lançou campanha de prevenção a AIDS direcionada a jovens gays com idade entre 15 e 24 anos, já que o índice de contaminação pelo HIV nesse grupo aumentou 10,1%. Há também, nesta campanha, uma novidade: um cartaz dirigido às travestis. A campanha a ser divulgada na Internet, TV e em cartazes traz a travesti Adriana K de Belo Horizonte e um jovem com a seguinte frase: *Isso rola muito. Na empolgação pode rolar de tudo. Só não rola sem camisinha. Tenha sempre a sua.*

---

<sup>4</sup> Fonte:

<<http://www.redebomdia.com.br/noticia/detalhe/7274/A+luta+pelo+emprego+das+travestis+no+ABCD>>. Acesso em: 14./fev./2012

O vídeo foi retirado do *site* do Ministério da Saúde. Segundo Jean Wyllys, deputado Federal pelo PSOL, parece que vai ser divulgado somente em locais *gays*. O deputado lamenta: *O vídeo não deve estar restrito aos guetos gays, como propôs o Ministério, afinal, nós, LGBTs, não estamos restritos a guetos. Queira o ministro Padilha ou não, nós somos parte da sociedade.*<sup>5</sup> Na campanha do Ministério da Saúde para o Carnaval de 2012, o principal foco é a população jovem *gay*.<sup>6</sup> Entretanto, a luta pelos direitos dos LGBTs avança lentamente em função dos obstáculos colocados pelo preconceito.

Flávia Perét, em lançamento de seu livro *Imprensa Gay no Brasil*, em Belo Horizonte, em janeiro de 2012, afirma, com relação ao fato de revistas dedicadas ao público *gay* não se manterem em circulação por muito tempo:

Por causa do preconceito. Infelizmente ainda existe muito preconceito por parte dos anunciantes. Eles não querem atrelar a marca a uma revista que traz, por exemplo, um homem seminu em poses sensuais ou que fala em assuntos como adoção ou casamento *gay*. Resumindo, os anunciantes evitam as polêmicas, os assuntos “delicados”... Engraçado, porque o mesmo não ocorre com as revistas de *nu feminino*. A *Playboy* tem grandes anunciantes, então é claro que não é a questão da nudez que é tabu, é a questão da homossexualidade. A falta de anunciantes inviabiliza a produção de uma revista.<sup>7</sup>

É interessante verificar que tanto no caso de oferta de emprego para travestis como no patrocínio de periódicos para o público *gay*, existe um denominador comum: o medo, ou mal-estar, o incômodo em ver a sua firma, companhia, marca, empresa associadas a temas “delicados” ou a assuntos ou pessoas estigmatizadas.

A discussão acerca das necessidades e especificidades das travestis, historicamente, está apenas no início de seu curso. Aqui e ali aparecem *blogs*, campanhas, entrevistas, iniciativas isoladas de focalizar e discutir a questão.

---

<sup>5</sup> Fonte:

<<http://pt.scribd.com/doc/81339435/Imprimir-%E2%80%9CHipocrisia-e-homofobia-disfarcada%E2%80%9D-diz-Jean-Wyllys-sobre-veto-a-propaganda-gay-ParouTudo>>. Acesso em: 14./fev./2012.

<sup>6</sup> Fonte: Jornal O Tempo de 14 de fevereiro de 2012. Disponível em:

<<http://www.otempo.com.br/noticias/ultimas/?IdNoticia=142831&busca=14%20fevereiro%202012%20Minist%E9rio%20da%20Sa%FAde&pagina=1>>. Acesso em: 14/fev./2012.

<sup>7</sup> Jornal Estado de Minas, Caderno Pensar, 28/jan./2012, p. 03.

Nesse sentido, este estudo é mais uma iniciativa que busca a visibilidade do grupo travestis, no caso, frente ao mercado de trabalho, na expectativa de desmitificar certos lugares-comuns, levantar reais dificuldades e aspirações e suscitar conversas, discussões, incômodos que motivem a sociedade a uma abertura para a convivência com o diferente e a aceitação da individualidade e subjetividade de cada uma delas.

Elas experimentam vulnerabilidades específicas, tais como os baixos índices de escolarização e de qualificação profissional, que concorrem para colocá-las à margem do processo produtivo e do mercado de trabalho.

Para se inserirem e garantirem sua permanência no mercado de trabalho formal, os trabalhadores estão, de um modo geral, a cada dia, mais cientes da importância do desenvolvimento de estratégias de valorização profissional.

As travestis, em razão da complexidade dos problemas relacionados à sua aceitação pela sociedade, precisam desenvolver estratégias especiais de valorização profissional que levem em conta como contornar ou enfrentar tais problemas. Tais estratégias podem ser mais defensivas ou mais ofensivas.

Nesta pesquisa, foram consideradas como estratégias de valorização profissional defensivas quando a pessoa opta pela adaptação ou adequação da sua trajetória ocupacional ao padrão tradicional de aceitação social das atividades de trabalho de indivíduos com suas características (étnicas, gênero, religião etc.) ou a situações de menor risco de insucesso.

Como estratégias de valorização profissional ofensivas, foram considerados dois procedimentos: o enfrentamento das forças que tradicionalmente têm dificultado a incorporação no mercado de trabalho de segmentos sociais estigmatizados e a construção de outros padrões de inserção e permanência, que possam contribuir para a superação de preconceitos existentes e exclusões do mercado de trabalho por quaisquer ordens de fatores (econômicos, sociais, políticos, culturais etc.).

Algumas dúvidas e desconhecimentos motivaram a realização dessa investigação. Essas eram:

- a) não saber se as travestis vêm optando por ficarem restritas às áreas de atuação profissional em que são aceitas ou menos rejeitadas pela sociedade ou se elas estão buscando alternativas mais ofensivas de atuação;
- b) não saber o quanto essas travestis vêm enfrentando de preconceito manifestado por intolerância e pela resistência por parte dos empregadores em aceitá-las nos seus quadros de funcionários;
- c) não saber se as travestis estão diversificando e melhorando sua qualificação profissional para atuar no mercado de trabalho ou se estão mais em posição defensiva em razão do medo de se exporem à frustração de serem preteridas;
- d) não saber se essas travestis, ao investirem em qualificação profissional em áreas diferenciadas das que constituem o campo tradicional de sua atuação, o fazem, conscientemente como forma de conter e combater as discriminações das quais são vítimas;
- e) não saber, igualmente, que recursos e meios elas têm buscado acionar para se afirmarem como cidadãs de direito no campo das suas opções profissionais.

Preencher tais lacunas de conhecimento é um requisito importante para que as políticas, programas e projetos direcionados a este público sejam concebidos e implementados coerentemente com suas necessidades e demandas. Atualmente, o sentido das políticas inclusivas é de cuidado com as abordagens estritamente focalizadas, pois elas podem levar ao reforço do isolamento dos grupos sociais atendidos e não à sua integração social. Não foi com esta perspectiva que esta pesquisa foi realizada. O que se quis simplesmente foi ouvir as travestis e obter delas elementos e atributos que precisam ser considerados e avaliados nas políticas de qualificação profissional.

Para tanto, definiu-se como objeto dessa pesquisa ou sua questão central conhecer os modelos de estratégia de valorização profissional que as travestis têm utilizado para fazerem face ao desafio da inserção e permanência no mercado de trabalho e de serem reconhecidas pelo seu modo subjetivo, diverso de ser.

Por modelo de estratégia de valorização profissional de travestis foi definido o tipo de perspectiva que essas trabalhadoras cultivam nesse campo envolvendo análise, avaliação, decisões e ações, processos guiados por critérios objetivos e subjetivos.

Com base nessas referências, buscou-se verificar se nas entrevistas as travestis se posicionaram em conformidade com dois modelos teóricos de estratégia de valorização profissional, o defensivo e o ofensivo.

A realização desta investigação se guiou por quatro hipóteses:

1. As estratégias de valorização profissional de travestis revelam as perspectivas de profissionalização que essas trabalhadoras identificam, valorizam e selecionam.
2. Como o discurso de inclusão voltado aos integrantes de grupos da diversidade sexual pouco tem incluído as travestis, essas trabalhadoras se mostram mais propensas a desenvolverem estratégias de qualificação profissional ou perspectivas de tipo defensivo, orientadas pelo princípio da economia de esforços.
3. Como o direito à diversidade sexual tem crescido – ainda que de forma bem lenta, gradual e conflitiva –, algumas travestis já lançam mão do princípio da liberdade de ação e de independência na determinação de suas estratégias de valorização profissional em contraposição à pressão desfavorável do ambiente social e ou de empregadores.
4. Quanto maior o número de alternativas que as travestis encontram para traçar suas estratégias de valorização profissional, maior sua percepção com relação à liberdade pessoal de agir em face das pressões do ambiente social e de empregadores.

Essas hipóteses foram formuladas visando orientar a análise das informações colhidas tendo em vista os objetivos de um estudo que tem caráter exploratório. Com isso, está afastada a intenção de fazer generalizações a partir dos resultados obtidos. O objetivo geral se traduziu pela análise das estratégias de valorização profissional que as travestis têm utilizado para fazerem face ao desafio da inserção e permanência no mercado de trabalho formal fazendo-se reconhecidas pelo seu modo subjetivo e diverso de ser. Para

tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar o perfil socioeconômico, educacional e de situação de trabalho das travestis entrevistadas; b) analisar as dificuldades encontradas por elas para se inserirem no mercado de trabalho formal e nele permanecerem; c) analisar objetivos e meios das ações das travestis visando obter valorização profissional, inserção e permanência no mercado de trabalho; e d) analisar o engajamento das travestis entrevistadas em ações afirmativas de caráter coletivo como forma de buscar a valorização desse segmento pelo mercado de trabalho e sociedade.

Entende-se que tais objetivos se encaixam nos eixos de pesquisa e formação do Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA e que é próprio deste Programa desenvolver também estudos que se voltem para os desafios da inserção e permanência das travestis no mercado de trabalho e para o que pode ser feito para ampliar seus direitos à educação, à qualificação profissional e ao trabalho formal.

Esta investigação se insere na linha de pesquisa Processos Educacionais: Tecnologias Sociais e Desenvolvimento Local deste Programa, pois seu enfoque, com perspectiva interdisciplinar, se refere a processos educacionais e ao desenvolvimento de uma abordagem educacional, que se propôs ter caráter de tecnologia social, pois contou com a participação das próprias travestis na sua construção.

O tema desta pesquisa se inscreve, principalmente, nas áreas da Educação e do Trabalho. De acordo com o *blog* Todos & Todas<sup>8</sup>,

Para as pessoas que escolhem a Educação como campo de atuação, é importante pensar na relação entre a transfobia, a evasão escolar e a inclusão no mercado de trabalho. Vale comentar que as palavras “travesti” e “transexual” sequer aparecem nos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), nem na parte intitulada Orientação Sexual, nos Temas Transversais.

E é como educador que meu interesse por esse tema se constituiu. Minha atuação profissional compreende, majoritariamente, a docência na área de língua estrangeira.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://todostodas2010.blogspot.com/2010/09/travestis-e-insercao-no-mercado-de.html>. Acesso em: 22 fev. 2011.



Um olhar apressado pode não fazer a ligação entre meu exercício profissional e o tema desta dissertação. Por que um professor de línguas se debruçaria sobre um tema tão específico? Quais os pontos de tangência? Ser professor é, no meu entendimento, ser agente da educação, instrumento de formação de opiniões, colaborador em um processo de construção de consciência, facilitador e partícipe de ações transformadoras. Em todos os momentos da vida aprende-se e ensina-se. É assim com o preconceito. É assim com a aceitação.

Em razão do seu objeto, objetivos e estratégias, a pesquisa realizada se constituiu como interdisciplinar, quanti-qualitativa, exploratória e descritiva. Por estar direcionada à sistematização de uma contribuição para o campo educacional de travestis e sua emancipação humana, ela também se caracteriza pelo seu caráter aplicado.

É uma pesquisa interdisciplinar, porque precisou, para sua realização, da contribuição de várias disciplinas das ciências humanas e sociais, tais como: sociologia, economia, psicologia social e educação.

É quantitativa no que diz respeito à necessidade de traduzir com números as tendências que se manifestaram nas informações obtidas junto às travestis. É qualitativa em razão da natureza do fenômeno que buscou estudar, que requer seja situado no contexto social e ambiente cultural que o envolve, muito próprio do universo cognitivo e simbólico das travestis. Além disso, é a pesquisa qualitativa que permitirá ao pesquisador considerar como cada travesti vê a si mesma, suas experiências e o mundo que a envolve, ou seja, a pluralidade dos componentes das situações vividas na sua relação com a busca de valorização profissional para sua inserção e permanência no mercado de trabalho.

A pesquisa qualitativa é um tipo de pesquisa que busca considerar as interações e influências recíprocas dos aspectos estudados na sua singularidade. Daí a conveniência da adoção desse paradigma na realização desta dissertação. É ela que oferece condições mais propícias aos estudos que envolvem motivações, aspirações, hábitos, atitudes, condutas, interações com pessoas, interações com sistemas e ambientes, sentimentos, percepções, valores, crenças, representações, opiniões, conceitos, interpretações de ações, intencionalidades, projeções para o futuro, planos de ação. São questões que não podem ser esclarecidas apenas com base em recursos quantitativos.

Como o número de travestis entrevistadas (doze) não autoriza fazer generalizações, a pesquisa realizada pode ser classificada como exploratória. Ela é também exploratória porque o assunto pesquisado não foi ainda muito estudado por outros pesquisadores. Com isso, se espera que seus resultados inspirem outros estudos sobre o seu tema e problema ou outros correlatos. Considerou-se que mesmo sendo um estudo exploratório, poderá ser de utilidade àqueles interessados em promover políticas, programas e projetos de atenção às travestis.

Estudos qualitativos pedem a abordagem descritiva, mais preocupada com o processo investigativo, com caracterizações. Nesse sentido, buscou-se caracterizar o perfil social, cultural, educacional e profissional das travestis e suas estratégias de qualificação profissional a partir da interpretação dos sentidos e significados que estas estratégias têm para elas. Foi desenvolvida pesquisa bibliográfica em todas as fases do estudo para ajudar a contextualizar do objeto de estudo, cruzar perspectivas teóricas, identificar contradições entre enfoques, solidificar os conceitos utilizados, orientar o processo de realização das entrevistas e sua consolidação de forma a preparar o material empírico para a análise.

Foi muito difícil ter uma idéia concreta ou aproximada do universo desta pesquisa: as travestis residentes na região metropolitana de Contagem, Belo Horizonte e Betim em 2011 e 2012. Não existe este levantamento ainda. Por isso, se buscou o apoio das seguintes organizações na sondagem que se fez a respeito: ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, AGM - Associação Gay de Minas, ALEM - Associação Lésbica de Minas, ANTT - Articulação Nacional de Travestis e Transexuais, ASSTRAV- Associação de Transexuais e Travestis de Minas Gerais, CELLOS - Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual, CRH - Centro de Referência da Diversidade Sexual, CRLGBT - Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) da PBH/MG e SMADC - Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania BH/MG e MOOCAH – Movimento Organizado de Combate à Homofobia de Contagem e MGB – Movimento Gay de Betim.

Para contornar este problema da falta de informações sobre número e localização das travestis na região metropolitana de Belo Horizonte, utilizou-se a técnica de imputação social ou, “bola de neve” (LINCOLN; GUBA, 1985). Essa técnica consiste em rodadas de consultas, sempre tomando por base informações obtidas precedentemente. As primeiras travestis apontadas foram procuradas pelo pesquisador para confirmar se elas estão inseridas no mercado de trabalho, se concordavam em participar da pesquisa e se podiam indicar outras travestis, igualmente inseridas no mercado de trabalho, que potencialmente poderiam participar também da pesquisa.

Procedeu-se a buscas de indicações até que as informações dadas começassem a se repetir. A aplicação desta técnica requereu atenção e tempo, pois as indicações foram verificadas uma a uma e houve necessidade de muita habilidade para contornar resistências e ganhar confiança.

Doze travestis foram entrevistadas. Sempre que possível, buscou-se observar os seguintes critérios para a confirmação da escolha das entrevistadas: a) diversidade dos tipos de ocupação encontrados; b) tempo de inserção no mercado de trabalho; c) disposição a colaborar com a pesquisa.

As entrevistas realizadas foram individuais e semiestruturadas. Foram gravadas com a permissão delas de modo a preservar os conteúdos de suas falas e permitir que o pesquisador se concentrasse, durante a entrevista, no conteúdo da conversa e observasse as atitudes das entrevistadas. O pesquisador zelou por todas as condições que facilitassem às travestis discorrer sobre as questões perguntadas, valorizando sua expressão, liberdade e espontaneidade. O entrevistador buscou se despojar, conscientemente, de preconceitos e guardar atitude aberta às manifestações das entrevistadas, sem adiantar explicações, nem deixar se conduzir por aparências imediatas. As entrevistas tiveram, em média, a duração de uma hora.

O roteiro das entrevistas pode ser encontrado no APÊNDICE III. Ele foi guiado por temas e muito sucinto, o suficiente para que elas fossem provocadas a falar com desenvoltura e espontaneidade.

O primeiro tema das entrevistas se dedicou ao levantamento de informações sobre o perfil socioeconômico, educacional e de situação de trabalho das travestis incluindo: idade, autotaxonomia étnico-racial, trajetória escolar, trajetória de qualificação profissional, trajetória profissional e ocupacional, relação empregatícia, renda pessoal mensal e outros aspectos de relevância para a caracterização do perfil de cada uma e a identificação das variações internas ao grupo das entrevistadas.

O segundo tema das entrevistas abordou dificuldades encontradas pelas travestis para se inserirem no mercado de trabalho e nele permanecerem.

O terceiro tema das entrevistas abordou questões relativas às estratégias de valorização profissional utilizadas pelas travestis, incluindo objetivos, decisões e ações que elas tomam como referência visando tornar suas forças de trabalho mais qualificadas e a superação da rejeição social.

Na quarta e última parte da entrevista, foi focalizado o engajamento ou não das travestis entrevistadas em ações afirmativas de caráter coletivo como forma de buscar a valorização desse segmento no mercado de trabalho e na sociedade.

Os focos definidos pelo pesquisador foram explorados durante a entrevista conforme o transcurso dos depoimentos das travestis. Foi muito importante fazer um estudo bibliográfico antes de entrar em campo, pois contribuiu para dar maior segurança ao pesquisador na condução das entrevistas. Além disso, tendo já realizado algumas entrevistas, o pesquisador procurou refletir sobre as informações colhidas anteriormente de modo a obter inspiração para o aprofundamento das entrevistas com as travestis ainda não entrevistadas.

A transcrição das gravações foi feita preservando as falas das travestis na sua integridade e os contextos aos quais se referem. O tratamento das informações obtidas foi feito a partir da identificação dos temas que emergiram das falas das entrevistadas. Esta sondagem do conteúdo dos discursos foi importante para verificar o que estava subjacente nas falas das travestis. A partir disso, foram definidas as categorias visando ao agrupamento das respostas obtidas.

A análise das informações categorizadas foi feita à luz da compreensão das respostas das entrevistadas a partir da posição que se encontram e da sua realidade social e cultural, dos motivos que guiam as estratégias de qualificação que têm permeado suas trajetórias ocupacionais e profissionais e que as orientam nas suas perspectivas de futuro profissional.

Para construir o produto técnico de intervenção (APÊNDICE I), foram utilizadas as informações fornecidas pelas entrevistadas, especialmente as referentes às contradições e tensões vividas por elas no seu processo de inserção e busca de permanência no mercado de trabalho formal, bem como o sucesso e o insucesso das estratégias que elas vêm adotando nesse sentido. Mas também foram buscados, na literatura e nos debates dos quais se procurou acompanhar e participar, elementos que possam servir às políticas e programas de educação técnica e qualificação profissional, com especial consideração para a adequação deles à realidade das travestis revelada pela pesquisa. Para elaborar esse material foi também necessário buscar a interação e convergência das políticas públicas dirigidas a esse grupo sociocultural.

A proposta de intervenção social foi, portanto, elaborada para se constituir como mais uma das contribuições que têm sido oferecidas aos profissionais, empresas, poder público, famílias, escolas, associações e meios de comunicação, que tenham o propósito de fazer avançar a integração das travestis ao mercado de trabalho, em especial o formal.

A presente dissertação está estruturada da seguinte forma:

- Introdução: apresenta os elementos básicos que caracterizam esta dissertação, englobando o tema, o problema, o objeto, os objetivos, as justificativas e os delineamentos metodológicos;
- Capítulo 1 - Condições sociais da valorização profissional de travestis: apresenta o referencial teórico que orientou a pesquisa;
- Capítulo 2 – A consulta às travestis: apresenta e analisa os dados das entrevistas realizadas;

- Considerações finais;
- Referências bibliográficas;
- Apêndices: a proposta de intervenção, o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o roteiro para as entrevistas;
- Anexo.

## CAPÍTULO 1 - CONDIÇÕES SOCIAIS DA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DE TRAVESTIS

Neste capítulo pretende-se apresentar e analisar conceitos, princípios e fundamentos que possam orientar iniciativas em âmbito municipal, estadual e federal de promoção do acesso à capacitação e ao emprego às travestis. Entende-se que o conhecimento da situação, condições socioeconômicas, oportunidades educacionais e posturas que as travestis adotam diante dos desafios impostos pela sociedade sejam um fundamental ponto de partida para as políticas, programas e projetos a elas dirigidas. Igualmente, o entendimento do quem se define como travesti. Conforme Kulick (2008) e Irigaray (2012), trata-se do indivíduo do sexo masculino que se veste de mulher durante todo o dia, adota nome, roupas, penteados, maquiagem, pronomes de tratamento femininos e molda o corpo com o objetivo de adquirir aparência física feminina. Pessoas às quais se atribuem estigmas, formas de identificação baseadas em noções sobre o que se considera normalidade, que são usadas para infligir níveis diversos de depreciação àquele visto como não normal (SARAIVA, 2012). Pessoas que são pressionadas à invisibilidade, processo de redução ou nulificação das possibilidades de interlocução com a sociedade em função das suas diferenças (SARAIVA, 2012).

Uma rápida incursão por um *shopping* nos mostra a inequívoca ausência de travestis em situação de emprego formal. Vemos alguns gays exercendo funções de atendente, garçons, gerentes de lanchonete, vendedores em lojas de roupas e calçados, auxiliares de venda em telecomunicações, cabeleireiros e atividades correlatas. Não se vê uma única travesti em funções que tenham visibilidade, contato com o público, exposição da imagem.

De acordo com McNaugat (1993), mesmo as empresas que possuem políticas de combate à discriminação preferem que o indivíduo permaneça “no armário”. Essa atitude revela o preconceito velado das organizações que temem ver suas marcas associadas a indivíduos não aceitos pela sociedade, receiam que isso possa gerar prejuízos financeiros e de imagem.

Siqueira e Andrade afirmam que há uma priorização da homogeneização do comportamento humano no contexto do imaginário organizacional moderno, não havendo espaço para a transgressão e o diferente.

O que está em jogo não são simplesmente políticas afirmativas, mas a negociação de regras de convívio social que permitam o desenvolvimento de outro olhar para as diferenças, inclusive as relacionadas à orientação sexual. Nega-se o outro, não apenas o homossexual, mas principalmente o diferente, aquele que não comunga com determinados aspectos culturais e sociais. (2012, p.106).

Andrade chama à atenção o fato de que ainda hoje subsistem representações na sociedade brasileira que descrevem o gay como “o homem que quer ser mulher, frágil, só pensa em sexo, passivo sexualmente e em outros aspectos também. Incapaz de estabelecer uma relação afetiva, muito menos estável, e um cidadão de segunda categoria” (1998, p.18).

A cidadã travesti é considerada de segunda classe duplamente. Pela sociedade e pelos próprios gays. Em um mundo tão competitivo como o atual, os empregadores acham que é um risco colocar sua organização associada aos estereótipos estigmatizadores de tal tipo de pessoa.

Assim, às travestis, como se lê em Kulick (2009), é negado - ou severamente limitado – o acesso aos espaços públicos. Se aos gays é dado hoje um local de “tolerância”, aos travestis, nem mesmo isso. As travestis, quase sempre, pertencem às classes sociais menos favorecidas. Essa é uma questão que merece um estudo específico, por isso não tratada aqui. O que se percebe é que, possivelmente, tal origem social seja um fator agravante da discriminação contra elas.

Para Irigaray,

Estudar a incorporação das travestis ao mundo do trabalho, notadamente o formal, é contribuir para que sua cidadania seja reconhecida e devidamente instaurada, no sentido de que elas possam participar, ativamente, do processo produtivo e da vida social. (2012, p.124).

Mais adiante, afirma que:



A quase inexistência das travestis no mercado de trabalho é resultado da estigmatização e preconceito dos quais elas são alvos, os quais, muitas vezes, se reificam em atos de violência física, desde a infância. Raras são as travestis que conseguem terminar o ensino fundamental, pois são objetos de discriminação e violência nas escolas. Nesse sentido, observa-se uma forte correlação entre violência experimentada por esses indivíduos e sua baixa qualificação profissional. (2012, p.132).

O fato de as travestis geralmente pertencerem a classes menos favorecidas também corrobora para o problema da baixa escolaridade. Não tendo condições financeiras, a travesti utiliza a educação pública, o serviço de saúde público. Hostilizada ou ignorada nas duas situações, deixa a escola e não se cuida. Resulta daí, um indivíduo de baixa escolaridade, sem cuidados básicos com a saúde, tais como vacinações, tratamento dentário etc. Associada a uma transgressão, considerada violenta pela sociedade, por querer parecer uma mulher durante as vinte e quatro horas por dia, a travesti maltratada e malcuada não encontra meios de romper esse círculo vicioso e se aquieta no gueto ao qual foi empurrada, desiste de reivindicar sua cidadania.

Quando a hostilidade se instala, também na família, a ponto de fazê-la rejeitar a travesti, tudo se soma e empurra a travesti para a rua, a prostituição, os programas, as drogas, o tráfico, as doenças, a morte social e física.

Para Irigaray, as travestis são impelidas a viver à margem da sociedade. Trabalham na “pista”, em estabelecimentos dirigidos ao grupo GLS, ou em salões de beleza. Ainda, de acordo com Irigaray, quando as travestis são aceitas no mercado de trabalho formal, ocupam funções subalternas e, majoritariamente, operacionais em indústrias específicas, como entretenimento, lazer, beleza. (IRIGARAY, 2012, p.136).

A questão da aparência das travestis como empecilho à entrada no mundo do trabalho é comentada por Irigaray:

No caso das travestis, ao contrário dos gays e lésbicas, cuja identidade social é invisível e pode ser camuflada como *estratégia de sobrevivência* (IRIGARAY, 2007), a classe social *per se* e o nível educacional não facilitam a entrada no mundo corporativo. Efetivamente, as travestis deixam claro estar cientes de que sua aparência física é uma barreira de entrada no mercado de trabalho formal (IRIGARAY, 2012, p.141).

A agenda de discussões sobre as minorias e as diversidades já incluiu os negros, as mulheres, os idosos, os homossexuais, os deficientes físicos e mentais. Está na hora de começar um movimento de compreensão do mundo das travestis, porque também são sujeitos em conflito com a ordem heteronormativa e à margem da cidadania.

A invisibilidade das travestis manifesta-se tanto no silêncio e na negação como na pseudo-aceitação de seus serviços em áreas pré-estabelecidas ou atrás dos muros, longe do contato com o público, às escondidas.

Todos os seres humanos merecem exercer a cidadania, ter acesso à educação, à saúde, ao emprego e trabalho, ao abrigo, à segurança e ao afeto. Com as travestis não é diferente, são também seres humanos. Contudo, marcados pelo estigma de sua orientação sexual e seu comportamento transgressor.

O estigma é uma marca indelével que classifica, exclui, delimita, afasta, anula, aniquila o estigmatizado, enquanto afirma, ratifica e sustenta o “normal”.

Saraiva esclarece:

O estigma pode ser associado a inúmeras categorias: etnia, idade, doença, aparência, comportamento, escolaridade, forma de falar, enfim a qualquer possibilidade de leitura de diferença eventualmente possível. Tratando-se de uma relação dinâmica, o estigmatizador se vale de uma noção, muitas vezes, implícita de normalidade para infligir ao não normal níveis diversos de depreciação, de maneira a não apenas enfatizar a diferença, como também para regular os outros “normais”, mostrando-lhes o que eventualmente pode acontecer aos que não se ajustarem ao esperado. A hegemonia do processo subjuga os diferentes à periferia da sociedade à medida que lhes retira as possibilidades de interlocução à altura: a diferença fala mais alto do que as semelhanças, quaisquer que sejam elas. (2012, p. 150-1).

Ainda em Saraiva se lê considerações acerca das relações entre estigma e gênero, que certas profissões são “naturalmente” indicadas para homens ou mulheres o que implica a estereotipação como instrumento para definir e restringir a atuação de cada um. Isso se vê principalmente no caso das mulheres, a quem se reservam tarefas repetitivas e

minuciosas, enquanto aos homens cabem as que requerem força e tomada de decisões (2012, p. 156).

De um modo geral, algumas profissões são estereotipicamente destinadas às mulheres: a de professora primária, enfermeira, secretária, babá, telefonista, dentre outras. Essas profissões exigem determinadas características que remetem ao estereótipo do “feminino”: a higiene, a paciência, a organização, a disponibilidade, o altruísmo, o cuidar.

Não será por coincidência que homens heterossexuais que optem por essas profissões sejam hostilizados ou, no mínimo, ridicularizados. E, menos coincidência, ainda, o fato de travestis se encaminharem para essas profissões ratificando o desejo de parecer uma mulher, ser “uma quase-mulher”, e, portanto, assumir, nem sempre conscientemente, o estigma que recai sobre o trabalho da mulher: o menos importante, o mais frágil. Ao buscarem se aproximar da figura e ocupações tidas como femininas, as travestis herdaram a marca da inferioridade atribuída às mulheres pela sociedade machista. No entanto, é curioso o fato de que as travestis são relativamente “aceitas” pela sociedade se exercerem atividades ligadas a esses lugares ocupacionais ou profissionais considerados inferiores.

As travestis que são profissionais do sexo sofrem duplo estigma: por serem travestis e por exercerem a prostituição. São, ainda, frequentemente relacionadas à violência, tráfico de drogas e outros crimes, muito em decorrência do amplo noticiário sensacionalista que se ocupa de prisões, assassinatos e escândalos em que são envolvidas.

Para se harmonizar com a sociedade o indivíduo dito marginal, vai ter que se adequar a um padrão hegemônico. O preço dessa harmonia é altíssimo. Para Saraiva,

O que não se diz é que essa harmonia se dá às custas da estigmatização, separação, e alijamento de direitos e possibilidades sociais de todos os indivíduos que não se encaixam em uma dada forma, como os homossexuais. A diferença do que é tido como adequado os condena sistematicamente a espaços marginais na sociedade e, mais do que isso, a assumirem a marginalidade como normalidade, a tomarem como

espaços legítimos os guetos a que são condenados por serem como são. (2012, p.160-1)

Os homossexuais que se camuflam, comportam mais ou menos sem afrontar o padrão vigente, podem ter maiores chances de serem aceitos pela sociedade e pelo mundo do trabalho. Mas na medida em que representam um risco constante para o poder heteronormativo, acabam empurrados para carreiras nas quais o ser como são possa ser considerado um atrativo: beleza, artes, moda, entretenimento e afins.

É interessante observar que este “estímulo” aos homossexuais para adotarem certas profissões, segundo Saraiva (2012) é uma forma de tirá-los do caminho da maioria, evitando-se encarar o problema. Além disso, a sociedade lhes estaria “dando” um espaço legítimo em função de suas habilidades. Para Saraiva (2012), trata-se de uma “outorga” de território e não de uma “conquista”. Nessa medida, os indivíduos são aviltados e evitados no contato do dia a dia. No dizer de Saraiva, “a homossexualidade [...] fere a normalidade que se espera dos que ascendem profissionalmente. E não se espera isso de um gay porque o espaço em que ele pode ser bem sucedido já foi definido, o lugar em que seu estigma se torna uma vantagem”. (2012, p.162).

De acordo com Pelúcio, a carência de possibilidades “tem feito da prostituição um destino, mais que uma possibilidade de escolha.” (2008, p.02).

Destino que não implica um sofrimento constante. Veja-se em Kulick (2008), a referência a dois tipos de motivos para a prostituição: por dinheiro e por prazer. É uma reflexão interessante, na medida em que a prostituição geralmente é associada a uma única ou última opção. Nesse caso, abre-se a perspectiva da autorealização profissional para as travestis quando estas escolhem essa profissão pelo prazer que lhes proporciona.

Segundo Kulick (2008, p.47), “travestis se vêm obrigadas a reafirmar a cada instante seu direito de ocupar o espaço público”. Elas sabem que o simples fato de existirem e estarem presentes nesta esfera pode desencadear episódios de agressão verbal e violência física, porque há pessoas que se ofendem e se incomodam profundamente com a simples visão de suas pessoas.

Kulick registra:

Todavia, em nenhum outro lugar a violência é tão ubíqua quanto no cotidiano das travestis. A violência é o eterno pano de fundo de suas vidas. Apesar de viverem habitualmente em trajes femininos, usarem cortes de cabelo, maquiagem e acessórios femininos, a maioria das travestis não passa por mulher, é evidente, sobretudo quando se apresenta à luz do dia. Em vez disso, elas parecem provocar uma impressão incongruente, que faz com que as pessoas reparem e comentem. Assim, uma travesti andando pelas ruas da cidade durante o dia certamente chama a atenção. E elas não são objeto apenas de olhar crítico. Muito pelo contrário, uma coisa que sempre me impressionou quando eu saía à rua, de dia, ao lado de travestis, era a verdadeira corrente de olhares libidinosos lançados para elas sem nenhuma vergonha por muitos homens, das mais diferentes idades. Isso acontecia mesmo nas ocasiões em que a travesti não estava agindo de maneira deliberadamente provocativa ou sedutora, mas apenas, por exemplo, comprando pãezinhos na padaria da esquina ou olhando sandálias nas vitrines de lojas (2008, p.47).

Kulick, ainda na descrição da violência contra travestis, afirma que

À noite, de todo modo, os perigos são maiores. Precisando atrair os clientes, travestis fazem ponto nas esquinas de ruas e avenidas e acabam se expondo publicamente de uma forma que, não fosse a situação, elas teriam preferido evitar. A exposição coloca as travestis em posição vulnerável, alvo fácil de assédio de policiais, motoristas, transeuntes, gente que passa em automóveis e ônibus. Na maioria das vezes, a violência vem na forma de agressão verbal, mas não são raros os casos em que gangues de jovens espancam travestis. Também é comum ver gente que passa de carro lançar pedras e garrafas sobre elas. Algumas vezes chegam a disparar armas de fogo contra travestis em plena rua. Normalmente as pessoas que cometem esses crimes não são identificadas nem detidas. E quando o são, recebem penas leves da justiça (2008, p.47).

O estudo de Kulick (2008) foi realizado com travestis de Salvador, Bahia, em 1996-97. Suas observações sobre a violência contra as travestis ainda procedem para o Brasil inteiro.

Para Kulick (2008), as travestis têm dois sonhos: um, primeiro, comprar a casa própria para a mãe e, depois, um imóvel para si mesmas. Dificilmente esses sonhos se realizam com o dinheiro auferido de salários vindos de empregos formais ou ocupações autônomas. Só a prostituição, especialmente aquela praticada na Europa - Itália, preferencialmente – pode produzir ganhos suficientes para tais aquisições (2008, p.192).

A permanência na Itália também traz a travesti certo “*status*” e “*glamour*” que a fazem ser chamada de “bicha européia”.

Nos raros casos em que conseguem empregos, trata-se sempre de atividades com as menores remunerações. [...] Sem mencionar o fato - do qual as travestis têm plena consciência - de que a esmagadora maioria desses empregos as colocará em contato com pessoas que costumam tratá-las de modo derrisório, desrespeitoso e humilhante (KULICK, 2008, p.195).

Esta questão do dinheiro é crucial para as travestis. Elas gastam muito com roupas, sapatos, maquiagem, silicone, perucas, cuidados pessoais necessários à sua montagem, além de despesas com aluguel, alimentação, saúde e eventual ajuda à família e/ou ao namorado. Devido à forma rápida de conseguir dinheiro na prostituição é difícil resistir a ela. Kulick afirma:

O dinheiro é o que leva as travestis para a prostituição. Elas precisam dele para viver, comer, pagar o aluguel, mas também para sustentar as relações afetivas com os namorados e com a família. A incapacidade de ganhar dinheiro é um golpe devastador para a travesti, tanto no aspecto material quanto no emocional {...} a única vez que vi uma travesti afundar em um estado letárgico de depressão e autocomiseração foi quando ela se tornou incapaz de ganhar dinheiro nas ruas (2008, p.196).

Uma posição muito interessante defendida por Kulick (2008) é a de que a prostituição reforça a auto-estima e proporciona prazer sexual às travestis. O prazer e a satisfação de serem admiradas, elogiadas, cortejadas, aplaudidas e realizadas pelos homens reafirmam sua condição de quase-mulheres. A prostituição apresentaria, para elas, esse aspecto gratificante.

Portanto, o mercado sexual é praticamente o único contexto em que podem desenvolver autoconfiança e auto-estima. Na sociedade brasileira qualquer um pode recolher recompensas e receber incentivos em diversos contextos sociais e de diferentes modos, pelo fato de ser mulher ou homem, ao passo que as travestis não têm alternativa a não ser “a pista”. Somente ali elas podem transcender o insulto e a violência que experimentam diariamente em qualquer outro lugar. Sem “a pista” tudo que resta às travestis é o escárnio e a derrisão. Sem “a pista”, as travestis têm pouca chance de se verem como algo mais do que um “palhaço”. Sem “a pista”, o desejo do povo de “destruir” as travestis

talvez pudesse enfim sobrepujá-las e lograr seu intento (KULICK, 2008, p. 202).

Goffman afirma:

... o indivíduo estigmatizado – pelo menos o “visivelmente” estigmatizado – terá motivos para sentir que as situações sociais mistas provam uma interação angustiada. Assim, deve-se suspeitar que nós, normais, também acharemos essas situações angustiantes. Sentiremos que o indivíduo estigmatizado ou é muito agressivo ou é muito tímido e que, em ambos os casos, está pronto a ler significados não intencionais em nossas ações. [...] Sentimos que o estigmatizado percebe cada fonte potencial de mal-estar na interação, que sabe que nós também a percebemos e, inclusive, que não ignoramos que ele a percebe (2008, p. 27).

Não é fácil lidar com o estigma. Nem com o estigmatizado. A questão da contaminação pesa bastante na decisão de “estar” ou não com alguém, na medida em que “em certas circunstâncias, a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado, pode ser usada como fonte de informação sobre sua própria identidade social, supondo-se que ele é o que os outros são” (GOFFMAN, 2008, p.57-8).

O peso do estigma de um determinado grupo estará sobre os ombros dos “informados”, que, na acepção de Goffman, são as pessoas que decidem estar com os estigmatizados e que são contaminados pelo estigma (2008, p. 28-29), provocando um misto de sentimentos que pode levar à desistência da participação destes na luta pela erradicação do estigma.

Estudar a respeito das travestis, referir-se a elas usando termos no feminino, cumprimentá-las, conversar com elas pode ser relativamente fácil de fazer. Sentar-se para almoçar com elas, convidá-las para um cinema, estabelecer vínculos de amizade, ser visto com elas em locais públicos, saber-se atingido pela contaminação decorrente do estigma pode não ser sequer considerado como atitude pelos “informados”.

A noção de diversidade sexual e de gênero ocupa, portanto, um lugar central nesta pesquisa por ser uma questão de grande relevância social, educacional e também científica. Ela se refere a maneiras complexas de identificação biológica (sexual) e cultural (gênero) de grupos humanos e requer abordagem interdisciplinar, um diálogo

entre as contribuições da Biologia, Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, Educação, dentre outras áreas do conhecimento. É uma noção que dialoga com outras, tais como diversidade cultural, étnica, linguística, religiosa, política, social etc. Subjacente a ela e de forma nem sempre visível e declarada se esconde a perspectiva de que na diversidade há aqueles tomados como superiores e outros como inferiores, o que abre caminho para uns acharem-se com o direito de serem dominadores de outros. Certas diversidades são consideradas perniciosas para a sociedade como, por exemplo, as diversidades lingüísticas e religiosas, às vezes tomadas como fatores desagregadores da sociedade. A diversidade sexual e de gênero é também um exemplo neste sentido.

Toda diversidade contém dentro de si uma complexidade de variações e hibridismos, que nem sempre são conhecidos e explicitados. Às vezes, são até combatidos quando prevalece a perspectiva da busca da homogeneidade a todo custo como forma de regulação social. A educação e a escola foram, durante muito tempo, chamadas a cumprir este papel.

Hoje, a perspectiva da pedagogia da diferença tem trazido várias questões importantes que não mereceram até então a atenção que merecem, tais como as problemáticas das desigualdades, das exclusões, das violências, das vulnerabilidades, da emergência de novos atores sociais, das reivindicações de identidades sexuais e de gênero não convencionais, do reconhecimento do outro. Há uma busca de visibilidade para as diversidades como mais um dos direitos sociais e políticos. Por isso, a diversidade tem se tornado um importante objeto das políticas públicas, pois remete diretamente à questão da democracia e da construção de formas democráticas de poder.

De acordo com Ferreira (2009, p. 35), “Inspiradas em um ideal de mulher, as travestis investem em uma morfologia híbrida, combinando signos de masculinidade e feminilidade, que acabam por desqualificá-las para a sociedade maior”.

Nesta dissertação, a definição de travesti que está sendo utilizada é a dada por Silva (2009):

Como as próprias travestis costumam explicar, ser travesti é apresentar-se socialmente como mulher em tempo integral, ou como elas



costumam dizer, '[...] travesti é quem passa 24 horas por dia como mulher' [...]. E nessa representação não basta somente vestir-se com roupas do universo feminino. A passagem de um indivíduo para o que se poderia chamar de um *ethos* travesti envolve cuidados constantes, tais como depilação, ingestão e/ou aplicação de hormônios sintéticos femininos ou até mesmo intervenções mais agressivas, como o uso de silicone para modelar seios, nádegas e quadris (SILVA, 2009, p. 35-45).

Decorrente desta definição e em respeito às principais reivindicações das próprias travestis, o substantivo travesti está sempre acompanhado, neste texto, do gênero gramatical feminino, assim como o fazem Silva (2009) e Benedetti (2005).

Outro conceito de centralidade nesta dissertação é o de aceitação social, o qual está sendo utilizado para se referir a valores, crenças e práticas sociais acolhedoras e de reconhecimento da legitimidade dos direitos humanos e sociais de pessoas independentemente de sua identidade diversa. A aceitação social tem sempre a perspectiva da afirmação, da inclusão, da maturidade da convivência democrática e serve para abalar os pilares de sociedades fechadas e autoritárias. Ela se opõe a rejeição social, terreno desumanizador onde florescem os preconceitos, os estereótipos, as discriminações, as desqualificações, os desprezos, as marginalizações e as fobias. Todas estas manifestações depreciam e negligenciam indivíduos e grupos estigmatizados como inferiores por terem atributos diferentes dos considerados como padrão da normalidade pela sociedade, os quais têm seu ajustamento psicossocial prejudicado e suas interações sociais dificultadas, o que alimenta o círculo vicioso da marginalização e pode levar a desagregações e situações de revolta, agressividade e violência.

Aceitação social consiste em garantir o tratamento das travestis em igualdade de condições com qualquer outra pessoa igualmente qualificada, em entrevistas para emprego e no exercício de atividades profissionais. Porém, um dos grandes entraves a essa aceitação é a crescente homofobia a que se assiste atualmente. Conforme Prado, “A homofobia tem se revelado como um sistema de humilhação, exclusão e violência que adquire requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais...” (*apud* Borillo, 2010, p.9). Borillo considera que a homofobia se alimenta da mesma lógica que as outras formas de violência e inferiorização, ao levar a “desumanizar o outro e torná-lo inexoravelmente diferente” (2010, p.9). Por sua vez, Prado salienta que

... compreender o funcionamento da homofobia sobretudo quando é evidente que o preconceito não só reside nos indivíduos, mas também se articula na cultura e nas instituições é fundamental para aprimorar as formas de enfrentamento e desconstrução de suas práticas violentas e silenciosas (PRADO, 2010, p. 9).

No entendimento de Baba,

... estudos e a literatura corrente indicam que o travestismo é parte de um amplo espectro da experiência humana de gênero e sexualidade. Assim, não há nenhuma dúvida de que aqueles que se vestem com roupas tradicionalmente associadas ao sexo oposto vivenciam diversas formas de discriminação. A discriminação contra quem costuma “crossdress” (travestir-se) pode ser regularmente encontrada em artigos de jornais e revistas. Muitos desses artigos relatam incidentes nos quais estudantes foram impedidos de entrar na escola por não estarem usando a roupa considerada pela escola apropriada ao seu gênero. Pessoas têm sido demitidas de seus empregos porque os empregadores descobriram esse hábito mesmo quando acontecesse apenas durante o tempo fora do ambiente de trabalho. Os exemplos mais extremos de discriminação contra indivíduos que apresentam variação de gênero são os inúmeros casos documentados de assassinato e lesões corporais. Esses são exemplos de formas de discriminação radicais o suficiente para ganhar a atenção da mídia. Certamente esses “crossdressers” vivenciam durante toda sua vida outros tipos de discriminação mais sutis (BABA, s.d, p.1).

De acordo com o Guia de Prevenção das DST/AIDS e Cidadania para Homossexuais<sup>9</sup> (2002) da Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde, a prostituição entra no cotidiano de muitas travestis em virtude do preconceito e do estigma imputado pela sociedade, que não lhes abre as portas, em virtude da incompreensão da sua condição, e as marginaliza, restringindo-as a guetos e ignorando que elas têm as mesmas necessidades sociais dos outros cidadãos. Segundo Peres:

... é importante lembrar que quando uma travesti chega à escola, ela já viveu alguns transtornos na esfera familiar e comunitária, apresentando uma base emocional fragilizada que a impede de encontrar forças para enfrentar os processos de estigmatização e a discriminação que a própria escola, com seus alunos, professores, funcionários e dirigentes, exerce, dada a desinformação a respeito do convívio com a diferença e suas singularidades. A intensidade da discriminação e do desrespeito

---

<sup>9</sup> Disponível em:

[http://www.aids.gov.br/sites/default/files/guia\\_prevencao\\_dst\\_aids\\_cidadania\\_homossexuais.pdf](http://www.aids.gov.br/sites/default/files/guia_prevencao_dst_aids_cidadania_homossexuais.pdf). Acesso em: 23 fev. 2011.

aos quais as travestis são expostas nas escolas em que desejam estudar leva, na maioria das vezes, a reações de agressividade e revolta, ocasionando o abandono dos estudos ou a expulsão da escola, o que conseqüentemente [sic] contribui para a marginalização, pois bem sabemos da importância dada aos estudos e à profissionalização em nossa sociedade (PERES, 2009, p. 246-7).

Conseqüentemente, grande parte das travestis tem no sexo comercial sua única alternativa de obtenção de rendas para sua sobrevivência e de seus familiares, possuem baixa escolaridade em razão da evasão escolar precoce a que são levadas por não tolerarem as zombarias ou agressões vividas na escola, manifestações conhecidas como *bullying*. A baixa escolaridade e a falta de formação profissional acabam reforçando as barreiras existentes no mercado de trabalho, tornando-se grandes obstáculos na busca de um emprego formal. Não bastasse isso,

Existem poucas ações governamentais a fim de facilitar o ingresso no mercado formal do trabalho para travestis, transexuais e transgêneros em geral: o projeto mais conhecido é o "Projeto Damas" do Rio de Janeiro, coordenado pela ASTRA-Rio onde várias travestis e transexuais receberam cursos profissionalizantes; outro projeto conhecido é o "Escola Jovem LGBT", coordenado pelo Grupo E-JOVEM, de Campinas, que também oferece cursos profissionalizantes<sup>10</sup>.

Segundo o *blog* Todos & Todas,

A exclusão de travestis e transexuais do mercado formal de trabalho é um assunto tão importante que o Ministério do Trabalho organizou, no ano passado [2009], o *I Seminário de Políticas Públicas de Trabalho, Oportunidades e Previdência para Travestis e Transexuais*, tendo como objetivo justamente problematizar a inclusão deste grupo<sup>11</sup>.

É importante dizer que nem todas as travestis se prostituem. Muitas exercem outras profissões e atividades. Para Macdowell (2008),

No entanto, é significativo o número de travestis (especialmente) que, não conseguindo outros tipos de empregos e atraídas não apenas pela possibilidade de bons rendimentos na "rua", mas também pelas redes de sociabilidade que se formam entre travestis que se prostituem recorrem à prostituição como meio de sobrevivência. O caráter "ditatorial" da

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Travestismo>. Acesso em: 23 fev. 2011.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://todostodas2010.blogspot.com/2010/09/travestis-e-insercao-no-mercado-de.html>. Acesso em: 23 fev. 2011.

prostituição como imposição, aludido por Paula, é destacado pela associação generalizada feita pelo senso comum entre a condição de travesti e a prostituição. Some-se a isso que desde 2002 o próprio Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) traz em sua Classificação Brasileira de Ocupações as categorias “travesti” e “transexual” como sinônimas de “profissional do sexo”, profissão identificada pelo código 5198-05 (MACDOWELL, 2008, p. 6).

A relação entre as travestis brasileiras e o mercado de trabalho também foi abordada por Wolfe (s.d.). Segundo ele,

A discriminação efetivamente barra a maioria das travestis do sistema educacional e de carreiras de classe média. O mercado formal de trabalho é basicamente fechado às travestis. Uma minoria bem pequena tem formação superior ou qualificações profissionais. Com poucas exceções, as únicas profissões abertas são enfermeiras, empregadas domésticas, cabeleireiras, entretenimento em boates gays e prostituição. Em muitos casos, cabeleireiras, empregadas domésticas e artistas da noite fazem bico na prostituição<sup>12</sup>.

É interessante registrar que muitas travestis são expulsas de casa, e desde muito cedo, podem se iniciar na prostituição devido à atitude de rejeição da família. Daí, a importância das ações, movimentos e políticas públicas, em todas as esferas federativas, voltadas à superação das dificuldades enfrentadas pelas travestis, especialmente as de saúde, educação, trabalho, segurança e proteção social.

Uma das reivindicações dos movimentos LGBT se refere ao uso do nome social de travestis e transexuais, aquele pelo qual essas pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade. Em atendimento a esta reclamação, a Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, MPOG nº 233, de 18 de maio de 2010<sup>13</sup>, lembrando “o disposto no art. 3º, inciso IV, e no art. 5º, caput, e inciso XLI, da Constituição Federal de 1988”, e reafirmando “a política de promoção e defesa dos direitos humanos”, resolveu assegurar “aos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais” (Art. 1º). Ela define “nome social aquele pelo qual essas pessoas

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/nupri/?artigo/mostrar/id/191/grupo/78>. Acesso em: 23 fev. 2011.

<sup>13</sup> Disponível em: [http://www.editoramagister.com/legislacao\\_ler.php?id=12350](http://www.editoramagister.com/legislacao_ler.php?id=12350). Acesso em: 23 fev. 2011.

se identificam e são identificadas pela sociedade”. Conforme o Art. 2º dessa Portaria, o nome social poderá ser utilizado nas seguintes situações:

- I - cadastro de dados e informações de uso social;
- II - comunicações internas de uso social;
- III - endereço de correio eletrônico;
- IV - identificação funcional de uso interno do órgão (crachá);
- V - lista de ramais do órgão; e
- VI - nome de usuário em sistemas de informática.

O Ministério da Educação, como decorrência da política acima estabelecida, tomou medidas importantes com relação à recomendação de políticas específicas e ao uso do nome social, entendendo ser esta uma forma de favorecer a conclusão dos estudos por parte de travestis e transexuais. A informação que se tem é que “Em julho de 2010, 12 estados brasileiros já possuíam diretrizes estaduais do uso do nome social no ensino público: Tocantins, Goiás, Santa Catarina, Paraná, Piauí, Paraíba, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas e Rio Grande do Sul”.<sup>14</sup> Esta medida já havia sido adotada pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP ainda em 2009 (Resolução nº 208/2009) e está sendo adotada no Sistema Único de Saúde (SUS). A tendência é pela sua adoção em todas as políticas públicas do país, pois se trata de uma ação afirmativa importante.

Além dessa política de afirmação, faz-se necessária a adoção de outras e uma delas, sem dúvida, se refere à qualificação profissional. De acordo com Eduardo Santarelo, coordenador do Programa Brasil sem Homofobia, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos:

A maioria dos Travestis não consegue emprego formal por preconceitos por conta de sua apresentação física e vai para a prostituição. A gente não quer que essa seja a única opção. Muitos travestis e transexuais sequer completaram o ciclo escolar básico já que muitos se sentem estimulados a fugir da escola e ir para as ruas por conta do preconceito.<sup>15</sup>

Santarelo afirma que não há dados sobre a população de travestis no Brasil e que os órgãos do governo não conhecem seu tamanho ou suas demandas. Segundo ele, “Essa população vive a exclusão quase total de qualquer serviço público de trabalho, de saúde,

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Travestismo>. Acesso em: 23 fev. 2011.

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.generoracaetnia.org.br/pt/noticias/item/221-trabalho08/06/2009-ensino-profissional-pode-chegar-a-travestis.html>. Acesso em: 23 fev. 2011.

de segurança...”. E completa: “O preconceito afasta ela de qualquer tipo de benefício, ela vive à margem”.

O Programa Operação Trabalho (POT) das Secretarias Municipais de Trabalho, de Participação e Parceria e de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, iniciado em julho de 2008, é uma iniciativa importante neste sentido. O POT busca a reinserção social e profissional de travestis e transexuais no mercado de trabalho formal e sua saída da prostituição. Durante dois anos as travestis podem participar de cursos profissionalizantes de informática, culinária, estética, artesanato, confeitaria, cabeleireiro, maquiagem, manicure e corte e costura, em parceria com o SENAI e o SENAC. No período do curso recebem uma bolsa auxílio<sup>16</sup>.

Durante a audiência pública sobre os assassinatos de LGBT, realizada em 24 de novembro de 2010, na Câmara dos Deputados, em Brasília, a presidente da Rede Nacional de Pessoas Trans, a travesti Liza Minelly informou que *entre travestis e transexuais, cerca de 70% já sofreram algum tipo de violência*. Seu estado, Paraná, teria sido o que apresentou *maior número de assassinatos de travestis em 2009*. Ela reafirmou as análises e denúncias de que *quase sempre o preconceito afasta as travestis do ensino e dos empregos formais, e muitas vezes as empurra para a prostituição e as drogas*. Ela acrescenta um aspecto importante que deve ser lembrado: *Também assistimos com frequência a morte moral da travesti, quando negam a ela, (por exemplo) um emprego para o qual teria todas as qualificações necessárias*.<sup>17</sup>

Segundo Souza Júnior, o mercado de trabalho diz respeito à:

Esfera que circnscreve as práticas sociais pelas quais a força de trabalho, sob determinadas normas e leis, é comprada e vendida. Este mercado é constituído por proprietários de força de trabalho (trabalhadores) e os interessados em adquiri-la (empregadores, capitalistas) mediados ou não por instituições do Estado. Da correlação de forças dessas classes, da mediação estatal e das condições

---

<sup>16</sup> Disponível em: [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090613/not\\_imp386552,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090613/not_imp386552,0.php). Acesso em: 23 fev. 2011.

<sup>17</sup> Disponível em: [http://global.org.br/agenda/?event\\_id=87](http://global.org.br/agenda/?event_id=87). Acesso em: 23 fev. 2011.

econômicas presentes, se estabelece o mercado de trabalho. (SOUZA JÚNIOR, 2000, 203-204).

Portanto, o mercado de trabalho é um espaço social de definição, organização e regulação das ofertas e demandas de atividades de trabalho. Ele pode ser mais ou menos regulamentado ou formalizado. Segundo Zauli:

Tradicionalmente considera-se que o mercado/ setor formal da economia distingue-se do mercado/ setor informal em função da existência de uma série de dispositivos institucionais de regulação do exercício das atividades e das relações econômicas. (ZAULI, 2000, p. 206).

O autor chama a atenção para a tendência atual de “relativa informalização do setor formal da economia em decorrência dos processos de reestruturação econômica, que têm provocado crescente diluição das fronteiras entre os setores formal e informal da economia”. (ZAULI, 2000, p. 206). Portanto, é importante guardar a atenção para o fato de que o mercado de trabalho formal é apenas relativamente estável e protegido. Por outro lado, o mercado de trabalho informal nem sempre apresenta relações de trabalho precárias, o que, todavia, não tem constituído as práticas dominantes.

Uma das manifestações da precariedade das relações de trabalho se refere ao processo de inserção desqualificada dos trabalhadores neste espaço social, problema que pode estar presente tanto nas relações estabelecidas no mercado de trabalho formal quanto no informal. Segundo Teixeira e Haas, a inserção no mercado de trabalho diz respeito tanto à forma como ao resultado “do processo de se introduzir, se relacionar, se integrar ao meio social, conhecido como mercado de trabalho” (TEIXEIRA; HAAS, 2000, p. 188). As autoras esclarecem que as formas e resultados deste processo apresentam qualidades muito variáveis e até estratificadas em razão da combinação de diversos fatores intervenientes, dentre eles: as mudanças nas formas de organizar o trabalho, a própria dinâmica do mercado de trabalho e questões referentes à atribuição de valores diferenciados a determinados atributos individuais, tais como de gênero, etnia, idade etc. Elas chamam a atenção para o fato de que “formas, condições e resultados dos processos de inserção no mercado de trabalho são também indicadores de desigualdades sociais” (*idem*).

Outro problema se refere à inserção profissional, “forma e resultado do processo de se introduzir, se relacionar, se integrar a um meio profissional” (MACHADO, 2000, p. 189). Como se referiu acima, a margem de liberdade que as travestis desfrutam para se encaminharem a profissões desejadas é, provavelmente, bem menor do que a média de pessoas pertencentes a outros grupos socioculturais. A inserção profissional, segundo Machado (*idem*), é um processo complexo. A autora diz que:

Em geral, a escolarização tem sido apontada como um dos fatores de maior importância no processo de inserção profissional. [...] Em muitos casos, a inserção profissional é bastante seletiva, criando barreiras para vários grupos sociais [...] (MACHADO, 2000, p. 189).

As travestis é um desses grupos específicos ao lado de outros tais como mulheres, afrodescendentes, pessoas com deficiências etc. Por isso, é fundamental que haja políticas públicas de desenvolvimento social comprometidas em fazer valer o direito das pessoas marginalizadas à inserção profissional e ao mercado de trabalho, sobretudo o regulamentado.

Contudo, o direito a esses acessos é apenas uma das perspectivas que tais políticas precisam incentivar e fortalecer, pois os grupos sociais marginalizados enfrentam, também, o problema de se manterem nas relações de trabalho. Eles precisam, como todos os trabalhadores, investir em sua formação continuada para ampliar suas condições de permanência no mercado de trabalho ou na profissão que exercem. As ocupações, hoje em dia, têm passado por grandes transformações em razão das inovações tecnológicas, que vêm acentuando as defasagens educacionais e culturais daqueles trabalhadores que, por motivos pessoais ou alheios, não têm se investido de novos conhecimentos e habilidades. Para enfrentar tais circunstâncias, os trabalhadores, ao buscarem se proteger do desemprego ou da perda de uma posição profissional já adquirida, desenvolvem, dentre outras estratégias, aquelas relacionadas à sua qualificação ou requalificação profissional. Nesse sentido, oferecer oportunidades de orientação profissional, de modo a “informar e preparar os indivíduos para a escolha ou mudança de profissão/ ocupação e inserção ou re-inserção no mundo do trabalho” (ARAÚJO, 2000, p. 232) faz parte das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.



Essa situação de vulnerabilidade social, que atinge os trabalhadores é, sem dúvida, maior quando se trata das travestis, grupo social que apresenta maior fragilidade e menor condição de se defender das incertezas e imprevisibilidades que atingem o mundo do trabalho, especialmente na atualidade. Trata-se de uma situação de instabilidade e de risco social, que decorre de situações de vida, que são familiares às travestis: precariedade do e no trabalho; não participação de redes de sociabilidade e dos sistemas de proteção social; inseguranças diversas associadas à contratação, ao emprego, à renda e à representação do trabalho. A condição objetiva e o sentimento de vulnerabilidade social e profissional acabam embargando a própria possibilidade das travestis de uma satisfatória integração à sociedade, pois reforçam suas percepções de não pertencimento comunitário e os mecanismos de afastamento e isolamento delas em guetos socioculturais.

Por isso, é importante compreender os diversos sentidos da expressão qualificação profissional. Segundo Aranha e Machado, ela remete:

... à ação de se qualificar profissionalmente; à formação considerada apropriada para uma função técnica especializada; ao conjunto dos conhecimentos e habilidades adquiridos para o exercício de uma profissão; às qualidades de uma pessoa que exerce uma atividade em correspondência com o que está acordado pelo meio profissional em que ela se situa (ARANHA; MACHADO, 2000, p. 274).

É por isso que as autoras afirmam que a qualificação profissional “está, portanto, dentro de um quadro amplo de relações” (*idem*). Uma destas relações é a que os sujeitos estabelecem consigo próprios, com a gestão da sua força de trabalho, com o uso que dela querem fazer, para que e como. É importante dizer que tais relações nunca são independentes daquelas que os sujeitos estabelecem com outros sujeitos, pois elas são determinadas socialmente. Sofrem, também, as injunções culturais que fazem com que atributos étnicos, de gênero, idade e outros tenham muita importância e influência nos processos de qualificação e valorização profissional.

Assim, além de se referir a noções valorativas sobre atributos pessoais ou grupais e sobre experiências e conhecimentos, a qualificação profissional tem sido compreendida como critério de classificação de posições ocupadas numa determinada hierarquia ocupacional ou profissional. Com isso, é uma noção impregnada de valores, que serve

para distinguir graus de responsabilidades em processos de trabalho, o que permite, por outro lado, conceder ou cercear prerrogativas e diversos tipos de vantagens e retribuições.

Como relação social, a qualificação profissional é uma construção social complexa: ela envolve diversos aspectos das experiências de educação e de trabalho das pessoas, grupos e instituições; está dentro do jogo da produção, apropriação e disseminação de conhecimentos profissionais; condiciona as chances das pessoas de inserção e permanência nas relações de trabalho; confere identidade a postos de trabalho; designa capacidades de trabalho.

A qualificação profissional está continuamente em processo de ajustes em resposta às necessidades do próprio sujeito no uso de sua força de trabalho e do meio social com suas demandas. Há processos sistemáticos de qualificação profissional como os escolares, mas também os assistemáticos relacionados à aprendizagem em outras esferas da vida social e na própria atividade de trabalho. As condições de inserção do indivíduo nas relações de trabalho são fatores muito importantes para seu processo de qualificação e valorização profissional. Também é fundamental sua participação em redes de relacionamento, o que é um fator especialmente desafiante para as travestis, pois a qualificação e a valorização profissional são processos eminentemente sociais e muito dependentes da forma, mais ou menos defensiva ou ofensiva, como os sujeitos se engajam nas relações de trabalho.

As políticas de qualificação para o trabalho têm se guiado por um viés individualizante, deslocando para o indivíduo a responsabilidade pela sua empregabilidade. Com isto, não é levado em conta o caráter coletivo do processo de qualificação e valorização profissional. Por exemplo, mesmo que se considere que cada travesti desenvolve suas estratégias pessoais de qualificação e valorização profissional, este processo não pode ser descolado do conjunto das determinações sociais e culturais que o condicionam.

Da mesma forma, é preciso avançar na proposição de novas formas de abordagem na orientação profissional. É engano supor que, o liberalismo que fundamenta o surgimento e existência do sistema capitalista confere a todos trabalhadores liberdade para decidir sobre as condições de comercialização da própria força de trabalho. Por

isso, as abordagens da orientação profissional baseadas no “ideário liberal de liberdade e igualdade de escolha de uma profissão” (ARAÚJO, 2000, p. 232) ajudam muito pouco aqueles que, no mercado de trabalho, são os mais marginalizados, tais como as travestis, pois, em geral, são estigmatizados como não aptos para determinados tipos de trabalho.

Segundo Machado (2009), as abordagens sobre orientação profissional têm buscado a superação desse ideário e passado a se preocupar com aspectos que valorizam a participação do sujeito nesse processo de intervenção, o desenvolvimento profissional dentro de um ciclo de vida mais amplo e fatores de ordem socioeconômica e cultural. Segundo a autora, o atual mundo do trabalho propõe novos desafios ao campo da orientação profissional e a ampliação de seus objetivos, pois

A possibilidade de ter uma vida produtiva e satisfatória ao longo de toda uma existência humana é muito mais imponderável hoje. Atualmente, portanto, mais pessoas, e em diferentes circunstâncias, precisam não apenas encontrar as informações necessárias, mas ter a capacidade de confrontá-las, compreender sua relevância e sua pertinência, avaliar sua confiabilidade - enfim, construir conhecimentos, sobretudo com visão e enfoque estratégicos. (MACHADO, 2009, p. 91).

A autora esclarece ainda que:

Os discernimentos que as pessoas precisam fazer hoje em dia não abrangem somente escolher entre alternativas de profissionalização, mas também entre as formas de administrar a utilização de suas capacidades e de seus saberes (formais e tácitos), os conhecimentos inscritos nos processos de trabalho das empresas em que trabalham e daquelas às quais têm acesso. Portanto, encontram-se hoje em situações muitas vezes profundamente contraditórias, que envolvem interesses e motivações diversos, tanto próprios quanto dos outros, das empresas, das comunidades e da sociedade. (MACHADO, 2009, p. 91).

Mais adiante, a autora observa:

Precisam, portanto, de melhor compreensão do mundo do trabalho e do meio social em que vivem e atuam para que, efetivamente, possam alcançar um trabalho decente e saibam conservá-lo, possam progredir

no trabalho ou enfrentar uma situação urgente de mudança de vínculo. Está colocado o desafio das adaptações à evolução tecnológica e às mudanças nas condições de trabalho, de entender o momento e conseguir realizar as conversões quando percebem riscos de desemprego. Isso significa replanejar estrategicamente a própria vida profissional, as formas de melhorar seu salário ou sua renda, de aumentar sua capacidade de influência sobre o contexto de trabalho, supondo, muitas vezes, participar em ações coletivas. (MACHADO, 2009, p. 91).

A autora esclarece que o campo da orientação profissional está sendo, cada vez mais convocado a participar de “um sistema mais amplo de políticas públicas de emprego, trabalho e geração de renda, de iniciativas da sociedade civil, em que solidariamente se casam ações diferentes, mas com objetivos comuns” (MACHADO, 2009, p. 91). Isso vem ao encontro da necessidade de responder por meio de políticas públicas as necessidades e demandas das travestis, nas suas reivindicações por direitos sociais, igualdade de oportunidades, inclusão produtiva, proteção social, melhoria das condições de vida, de educação e qualificação profissional.

A orientação profissional, integrada a outras políticas sociais setoriais locais pode contribuir para dar mais vigor aos sistemas de emprego, trabalho e renda, aumentar a autoestima de trabalhadores e apoiar e contribuir para o aperfeiçoamento de programas e cursos de qualificação profissional.

A situação das travestis face aos desafios da inserção, permanência e vulnerabilidade no mercado de trabalho e às suas condições de oportunidades educacionais e de qualificação e valorização profissional chama a atenção pela sua complexidade. Esse grupo social precisa de políticas públicas que lhe possibilitem construir outras referências de estratégias de sobrevivência, diferentes daquelas ditadas pela prostituição, pelo tráfico de drogas, pelo campo restrito das ocupações que tradicionalmente a sociedade tem lhe permitido exercer. Qualificar-se supõe conhecimento do mercado, dos nichos e oportunidades, de estratégias para inserção e participação na vida profissional. Para tanto, é preciso adotar uma postura ativa de busca de melhores salários, melhores postos e melhores condições de trabalho. Além de todas as questões comuns a todas as pessoas inseridas ou não no mercado de trabalho formal, as travestis por suas especificidades demandam que sejam olhadas

diferenciadamente pelas políticas públicas e pela sociedade, para que elas possam se colocar em iguais condições com as demais pessoas.

O trabalho, mais do que simplesmente um meio de geração de renda, é um fator de desenvolvimento da autoestima, de impulso para o aprimoramento pessoal, um instrumento da construção do sentimento de pertencimento.

## **CAPÍTULO 2 – A consulta às travestis**

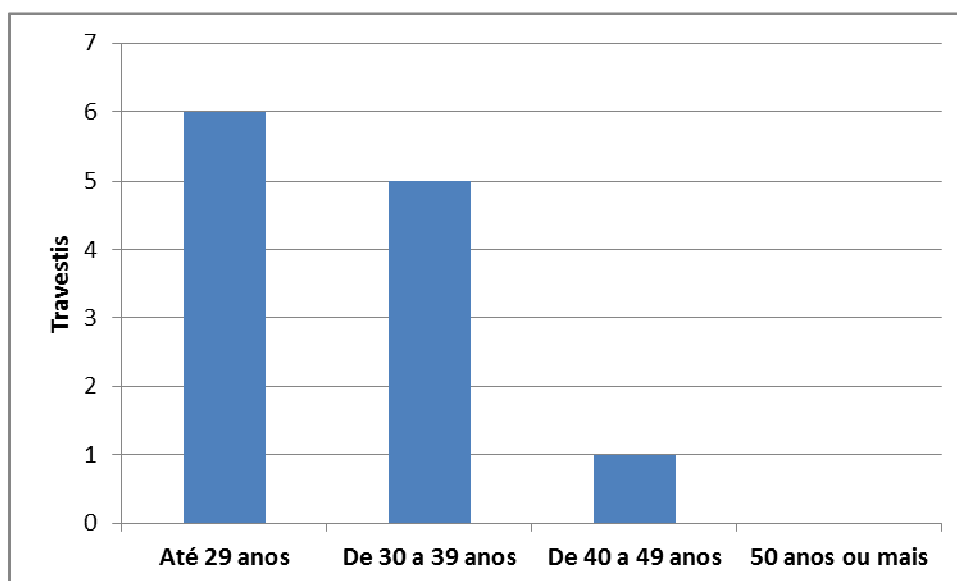
Foram realizadas entrevistas com doze travestis, que residem e trabalham em Belo Horizonte, Betim e Contagem. Estas entrevistas ocorreram no segundo semestre de 2011 e primeiro semestre de 2012. Tiveram a duração média de 01 hora. Para compor esta amostra, localizar e convidar as travestis a participarem da pesquisa, utilizou-se a técnica da imputação social, que consiste na indicação de nomes e meios de contato de possíveis participantes por pessoas confiáveis com base na atribuição do perfil de interesse da pesquisa.

Foram encontradas diversas dificuldades para a realização das entrevistas. Duas travestis, uma garçonete e uma amiga indicada por ela, marcaram entrevista e não compareceram ao local combinado. Outras não atenderam ligações após terem pedido para ligar no dia seguinte. Houve uma travesti que, pelo telefone, se mostrou muito interessada a prestar informações, relatou sua vida profissional, vários empregos, dificuldades. Ela movia um processo contra uma empresa que não a contratou, após ter passado por treinamento e ficado em primeiro lugar na seleção. Na sequência deste contato telefônico, postergou sucessivamente o encontro, sempre para as semanas seguintes, até o dia em que não mais atendeu ao telefone. Houve um caso de uma travesti, faxineira em domicílios, que condicionou a entrevista ao preço de uma faxina. Houve tentativa frustrada de contato por meio de endereço eletrônico disponibilizado em site pessoal na internet com uma travesti que já teve emprego fixo e hoje trabalha como garota de programa. Uma travesti que trabalha como professora em rede pública não concordou em responder às perguntas pessoalmente, somente via correio eletrônico; as perguntas foram enviadas, mas não se obteve resposta. Outra travesti simplesmente recusou-se a participar. Houve, também, dificuldade em abordar determinados temas como renda pessoal e familiar. Foram encontradas, em alguns casos, atitudes defensivas e desconfianças motivadas pelos recentes assassinatos e perseguição a que, lamentavelmente, estão sujeitas as travestis. Muitas revelaram que foram orientadas por ONGs a tomarem o máximo de cuidado para se protegerem. Houve uma preocupação por parte da maioria das entrevistadas em saber a orientação sexual do pesquisador.

**Quadro 1. Perfil etário, étnico, religioso, educacional, profissional, de situação de trabalho e filiação a entidades das travestis**

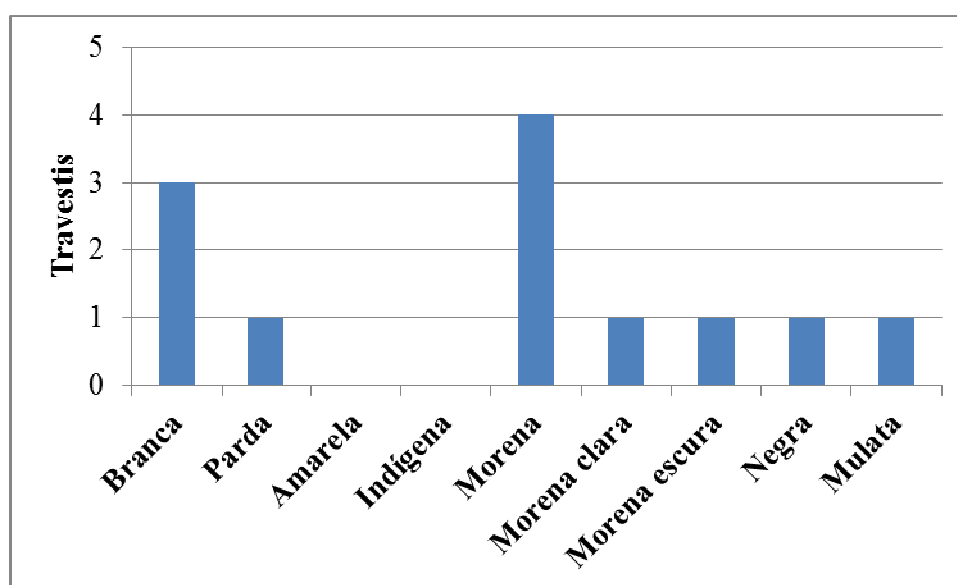
Travestis (nomes fictícios)	Idade	Cor autoatribuída	Pertença religiosa	Escolaridade	Profissão / ocupação	Idade ao primeiro emprego	Registros em carteira profissional	Satisfação com emprego / atividade	Filiação a entidades de defesa de direitos humanos
<b>Adriana K</b>	38	Branca	Catolicismo	Fundamental completo	Proprietária de salão de beleza Diretora da ONG ASSTRAV	18	0	Muito satisfeita	Filiada à ASSTRAV
<b>Dara</b>	36	Morena	Espiritismo	Médio incompleto	Cozinheira em restaurante japonês	18	2	Satisfeita	Não filiada
<b>Emanuelle Silva</b>	35	Negra	Catolicismo	Superior incompleto	Guarda patrimonial em Betim e delegada da ALEM	Não menciona	3	Satisfeita	Filiada à ALEM
<b>Hanna Vellask</b>	23	Morena	Catolicismo	Médio incompleto	Operadora de telemarketing Manicure, depiladora e cabelereira	Não menciona	1	Satisfeita	Participante do CONABGLT
<b>Karol Salles</b>	28	Mulata	Religiões dos Orixás	Médio incompleto	Garota de programa e massagista Fotógrafa <i>free-lancer</i>	Não menciona	0	Satisfeita	Não filiada
<b>Luiza Ferreira</b>	43	Branca	Catolicismo	Fundamental completo	Proprietária de salão de beleza Vice-Diretora da ONG ASSTRAV	18	0	Muito satisfeita	Filiada à ASSTRAV
<b>Maria Eduarda</b>	17	Morena clara	Nenhuma	Médio incompleto	Garota de programa	16	0	Pouco satisfeita	Não filiada
<b>Melissa Shirme</b>	21	Morena escura	Religiões dos Orixás	Médio completo	Garota de programa	16	3	Pouco satisfeita	Não filiada
<b>Michelle Rendel</b>	37	Morena	Evangélica	Médio completo	Processadora de alimentos	21	5	Satisfeita	Não filiada
<b>Nathália Rodrigues</b>	22	Parda	Espiritismo	Fundamental completo	Garota de programa	Não menciona	2	Satisfeita	Não filiada
<b>Pabliny</b>	30	Morena	Catolicismo	Médio completo	Faxineira	10	9	Pouco satisfeita	Não filiada
<b>Renata Vaz</b>	21	Branca	Nenhuma	Médio completo	Garota de programa	18	1	Pouco satisfeita	Filiada à ASSTRAV

**Figura 1. Distribuição etária das travestis entrevistadas**



Das travestis entrevistadas, observou-se que 50,0% se encontram na faixa etária de até 29 anos. Na faixa de 30 a 39 anos, encontravam-se 41,6% das entrevistadas. Apenas uma das entrevistadas (8,3%) estava na faixa entre 40 e 49 anos. Não foi entrevistada nenhuma travesti com idade acima de 50 anos. Vê-se, portanto, que 91,6 % das entrevistadas se constituíram de pessoas com idade inferior a 40 anos.

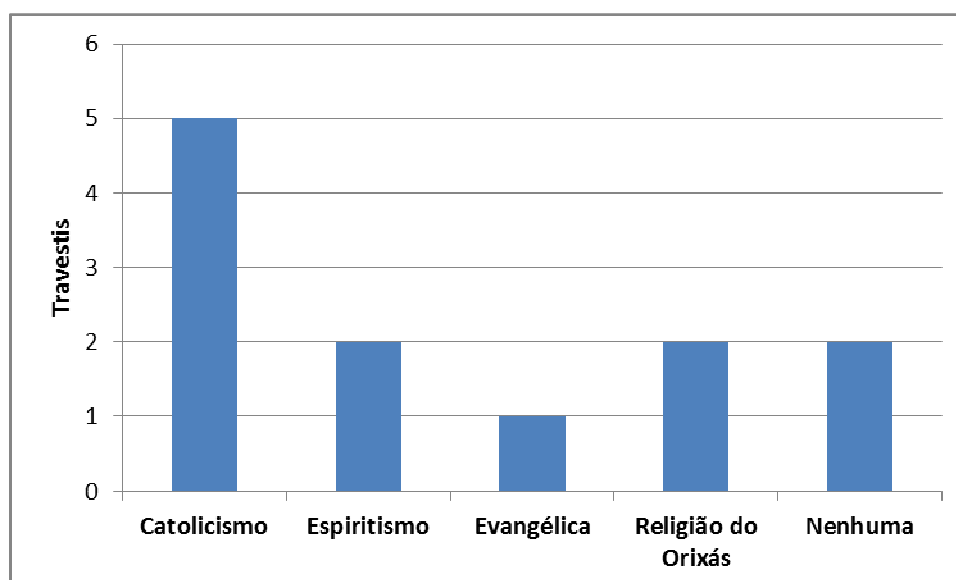
**Figura 2. Autoatribuição étnico-racial pelas travestis entrevistadas**





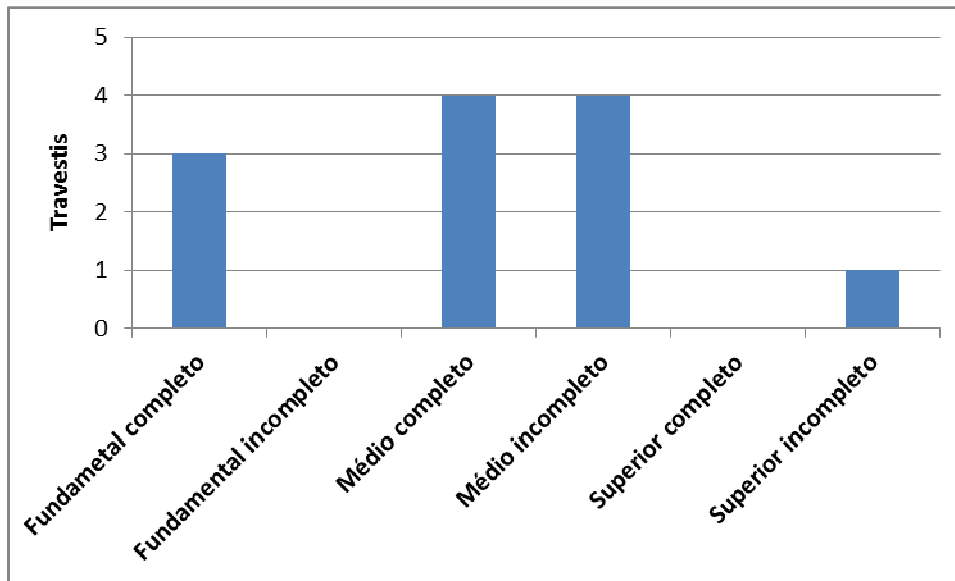
As categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para autoclassificação étnico-racial são: branco(a), preto(a), pardo(a), amarelo(a) e indígena. Nas entrevistas, estas categorias não foram mencionadas às entrevistadas. As respostas foram espontâneas. Segundo os dados obtidos, as 33,3% das entrevistadas se consideram morenas. Uma entrevistada se considera morena clara e outra morena escura. As autoclassificações parda, morena escura, negra e mulata somam um terço das autoidentificações das entrevistadas. Somente três ou 25,0% se declararam brancas. Não foram entrevistadas travestis que se declarassem amarelas ou indígenas. É interessante observar que nenhuma entrevistada se considera preta, mas uma delas se considera negra. O IBGE usa o termo preto, que parece ter sido preterido pela entrevistada.

**Figura 3. Pertença religiosa das travestis entrevistadas**



Pode-se observar que 41,6% das entrevistadas se consideram católicas. Neste grupo, algumas participantes que se declararam católicas também disseram frequentar o candomblé. As religiões dos orixás e o espiritismo foram citados, cada um, por 16,6% das entrevistadas; a mesma proporção foi observada para a opção de nenhuma religião. Apenas uma entrevistada (menor proporção constatada) se disse da religião evangélica. Durante as entrevistas, foram frequentes as declarações que remeteram ao sincretismo religioso, comum no Brasil: católicas e simpatizantes do candomblé; católica e simpatizante da religião evangélica.

**Figura 4. Grau de escolaridade das travestis entrevistadas**



Neste gráfico, pode-se observar que 66,6% das entrevistadas (oito) se concentraram na faixa do ensino médio, mas que a metade delas não chegou a completar este nível de ensino. Nenhuma das entrevistadas apresentou ensino fundamental incompleto. Quatro ou 25% pararam seus estudos ao completarem o ensino fundamental. Este número somado ao das que não chegaram a integralizar o ensino médio totaliza dois terços das entrevistadas. Tal perfil de escolaridade representa desvantagem competitiva no atual mercado de trabalho. Apenas uma (8,3%) chegou a ingressar no ensino superior, mas não completou o curso que fazia.

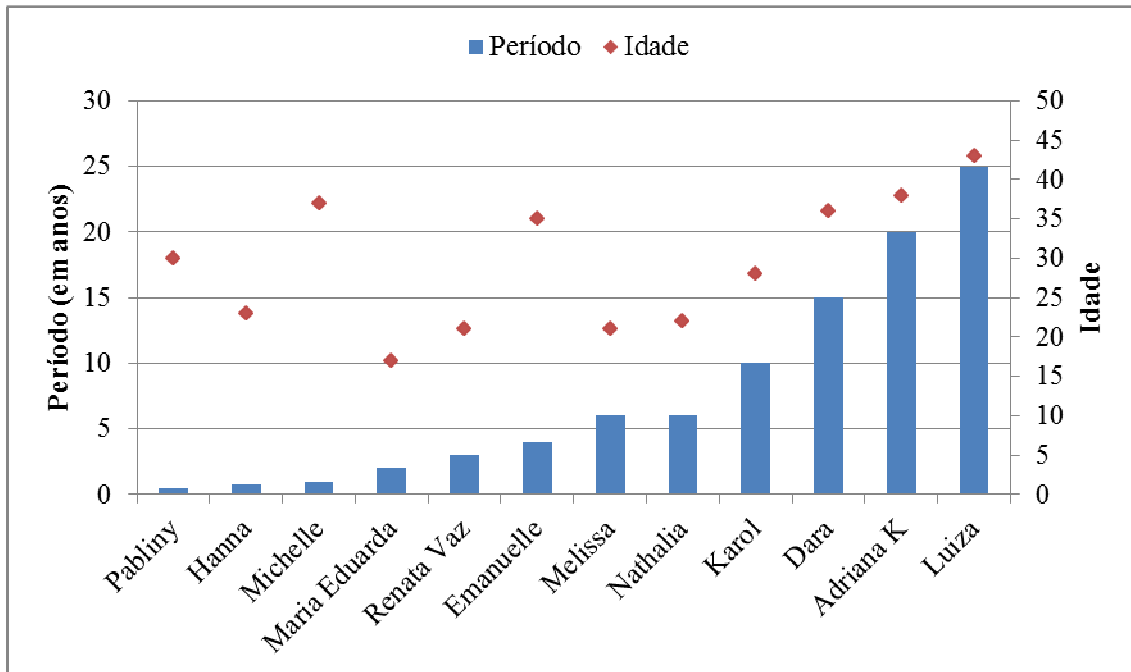
**Quadro 2. Período aproximado de atuação das travestis entrevistadas na profissão / ocupação atual**

<b>Travestis</b>	<b>Profissão / ocupação</b>	<b>Período</b>
Adriana K	Proprietária de salão de beleza	20 anos
Dara	Cozinheira em restaurante japonês	15 anos
Emanuelle	Guarda patrimonial em Betim e delegada da ALEM	4 anos
Hanna	Operadora de telemarketing	9 meses
Karol	Garota de programa e massagista	10 anos
Luiza	Proprietária de salão de beleza	25 anos
Maria Eduarda	Garota de programa	2 anos
Melissa	Garota de programa	6 anos
Michelle	Processadora de alimentos	1 ano
Nathália	Garota de programa	6 anos
Pabliny	Faxineira	6 meses
Renata	Garota de programa	3 anos

Pode-se observar no Quadro 2, com relação às profissões/ocupações exercidas pelas entrevistadas, que 41,6% eram garotas de programa/massagista. Duas (16,6%) eram micro-empresárias na área de beleza e estética, possuíam salão de beleza e atuavam nas atividades de cabeleireira/maquiadora/manicure. Observa-se que apenas cinco das entrevistadas (41,6%) eram assalariadas. Elas exerciam as atividades de guarda patrimonial, cozinheira, faxineira, processadora de alimentos e operadora de telemarketing, ocupações pouco valorizadas socialmente, pouco exigentes de qualificação profissional e renda relativamente baixa. Do total, apenas uma das travestis ocupava cargo obtido via concurso público. É importante acrescentar que algumas entrevistadas declararam que fazem programas eventualmente, embora tenham outra ocupação. Uma das entrevistadas que se declarou garota de programa fazia bicos como fotógrafa e via nesta atividade uma possível carreira profissional. Com relação ao tempo aproximado de atuação na ocupação atual das entrevistadas, nota-se que as que se declararam garotas de programa/massagista, o eram, no mínimo, há dois anos e, no máximo, há 10. Com a exceção da atividade de cozinheira, em exercício há 15 anos, e a de guarda patrimonial, há 4, as outras ocupações assalariadas (operadora de

telemarketing, processadora de alimentos e faxineira) eram exercidas há menos de um ano.

**Figura 5. Período aproximado de atuação na profissão / ocupação atual e idade das travestis entrevistadas**



A Figura 5 correlaciona duas informações: o tempo de atuação na profissão / ocupação atual e a idade das travestis. Os dados mostram que há associação entre estas duas variáveis em apenas dois casos: o das duas proprietárias de salão de beleza e o da cozinheira. Nos demais, nota-se ausência de relação entre essas duas variáveis (idade x tempo em uma mesma profissão / ocupação), o que sugere instabilidade profissional, de ocupação ou de emprego.

**Quadro 3. Dificuldades encontradas nas relações familiares, com outras pessoas (não familiares), no ambiente de trabalho e em si mesmas para a inserção e permanência no mercado de trabalho**

<b>Travestis</b>	<b>Familiares</b>	<b>Outras pessoas</b>	<b>Ambiente de trabalho</b>	<b>Próprias</b>
<b>Adriana K</b>	Nenhuma	Restrição de atuação profissional à área da beleza	Aversão das pessoas em relação às travestis	Inicialmente, insegurança e necessidade de afirmação
<b>Dara</b>	Nenhuma	A transformação física e mental da travesti	Ser motivo de chacota	Receio de se expor e chamar atenção para si, dificuldade de procurar melhor remuneração
<b>Emanuelle</b>	Dificuldades serviram como estímulo	Exposição a riscos sociais e políticos	Duplo preconceito por ser negra e travesti	Dificuldades pessoais se sobrepõem às financeira e profissional
<b>Hanna</b>	Homofobia do pai a afastou de casa e dos estudos	Nenhuma	Hostilidade	Receio de ter que abrir mão das mudanças físicas já estabelecidas
<b>Karol</b>	Nenhuma	Constrangimento durante o uso de documentos com foto	Nenhuma	Nenhuma
<b>Luiza</b>	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma
<b>Maria Eduarda</b>	Nenhuma	Nenhuma	Falta de qualificação e baixa escolaridade	Nenhuma
<b>Melissa</b>	Confrontos com o pai	Nenhuma	Sem curso superior, trabalho estressante, remuneração aquém das funções exercidas e desentendimentos com um colega de trabalho	Personalidade forte
<b>Michelle</b>	Morte prematura do pai	Preconceito acentuado em sua cidade natal (cidade do interior)	Assédio sexual, homofobia, esperas demoradas em listas de emprego e impossibilidade de promoção	Insegurança
<b>Nathália</b>	Nenhuma	Ser motivo de chacota	Acúmulo de funções, trabalho extenuante	Teme sofrer preconceito em empresa

<b>Pabliny</b>	Afastamento da convivência com os pais e irmãos	Duplo preconceito por ser travesti e gari	Ser motivo de chacota, abuso de autoridade por parte de colega de trabalho, remuneração aquém das funções exercidas, acúmulo de funções, baixa valorização, não poder se destacar no ambiente de trabalho	Nenhuma
<b>Renata Vaz</b>	Conflitos com o pai, sofrimentos da mãe e rejeição do irmão	Receia não ser reconhecida pelo seu nome social	Não poder se destacar no ambiente de trabalho, boicote dos colegas	Dificuldade em assumir sua profissão para os outros, receio de acomodação

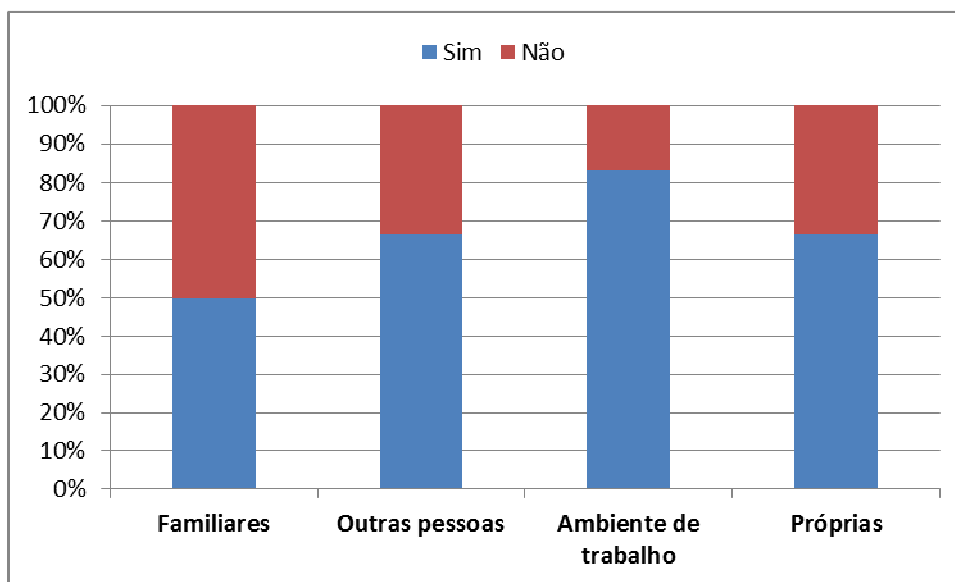
Nota-se que 50,0% das entrevistadas declararam não ter tido dificuldades com os familiares com relação à sua condição de travesti. Cinco (41,6%) mencionaram conflitos com pai, mãe, irmãos. Com relação às dificuldades nas relações com outras pessoas não familiares, um terço das travestis entrevistadas disse não ter nenhuma. O restante delas disse ter as seguintes: ser motivo de chacota, preconceito e restrições em função de sua transformação física e psicológica; constrangimento no uso de documento com foto e não reconhecimento do nome social; aceitação social condicionada à atuação profissional em áreas específicas como a de beleza e estética, exposição constante a diversos riscos pessoais.

Com relação às dificuldades no ambiente de trabalho, 83,3% afirmaram sofrê-las. Entre as dificuldades citadas, encontram-se: homofobia, aversão, chacota, hostilidades e nojo dos colegas de trabalho, assédio sexual, assédio moral, impossibilidade de promoção, acúmulo de funções sem a devida remuneração e valorização, boicote dos colegas pela baixa qualificação profissional e baixa escolaridade. Dos quatro ambientes sociais, o do trabalho apareceu com um maior número de problemas e dificuldades de aceitação das travestis. Mencionam também sofrerem com a associação de preconceitos, como, por exemplo, ser travesti e ser gari e ser travesti e ser negra.

Dois terços das entrevistadas afirmaram ter dificuldades decorrentes de si próprias, tais como: insegurança, medo de exposição, medo de preconceito, necessidade de afirmação, medo de ter que abrir mão das mudanças físicas já estabelecidas. Os dados

parecem sugerir que a maior dificuldade que as travestis enfrentam em relação a si próprias advém do medo e da insegurança.

**Figura 6. Proporção de travestis com dificuldades vindas das relações familiares, com outras pessoas (não familiares), no ambiente de trabalho e de si mesmas para a inserção e permanência no mercado de trabalho**



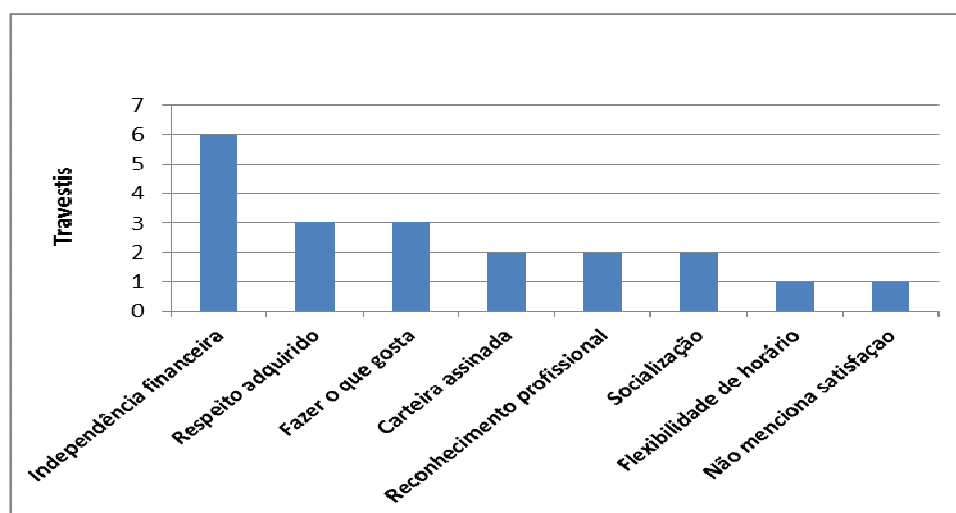
A Figura 6 permite comparar as presenças de dificuldades enfrentadas pelas travestis pela sua condição de gênero face a quatro contextos: familiar, com outras pessoas não familiares, no trabalho e pessoal. Metade das entrevistadas declarou ter enfrentado dificuldades com a família. Proporcionalmente, as dificuldades com relação ao ambiente de trabalho receberam maior confirmação pelas entrevistadas (83,3%). Proporção igual de travestis (66,6%) colocou as relações com outras pessoas e consigo próprias em segundo lugar de dificuldades. Por fim, o ambiente que oferece menos conflitos, ainda que para algumas tenha apresentado dificuldades, é o familiar, com 50% de referências.

**Tabela 1. Razões das travestis entrevistadas pela satisfação com o emprego / atividade**

Travestis	Independência financeira	Carteira assinada	Reconhecimento profissional	Respeito adquirido	Fazer o que gosta	Socialização	Flexibilidade de horário	Não respondeu
Adriana K	X				X			
Dara	X	X						
Emanuelle				X				
Hanna		X		X				
Karol			X		X	X		
Luiza	X				X			
Maria Eduarda								X
Melissa	X						X	
Michelle				X				
Nathália	X							
Pablíny			X					
Renata Vaz	X					X		
<b>TOTAL</b>	6 (50,0%)	2 (16,7%)	2 (16,7%)	3 (25,0%)	3 (25,0%)	2 (16,7%)	1 (8,3%)	1 (8,3%)

As razões apresentadas pelas travestis entrevistadas para justificar porque a profissão / ocupação que exercem lhes trazem satisfação foram agrupadas em sete categorias. Uma entrevistada não mencionou nenhum motivo para se sentir satisfeita. Quatro apresentaram um motivo apenas. Seis, dois motivos. Apenas uma apresentou três motivos. Percebe-se, assim, que as entrevistadas não encontraram muitas razões para estarem satisfeitas com sua atividade profissional / ocupacional. O total de indicações que cada um dos motivos de satisfação recebeu, registrados na tabela acima, foi também representado no gráfico abaixo.

**Figura 7. Razões apontadas pelas travestis para a satisfação com o emprego / atividade**





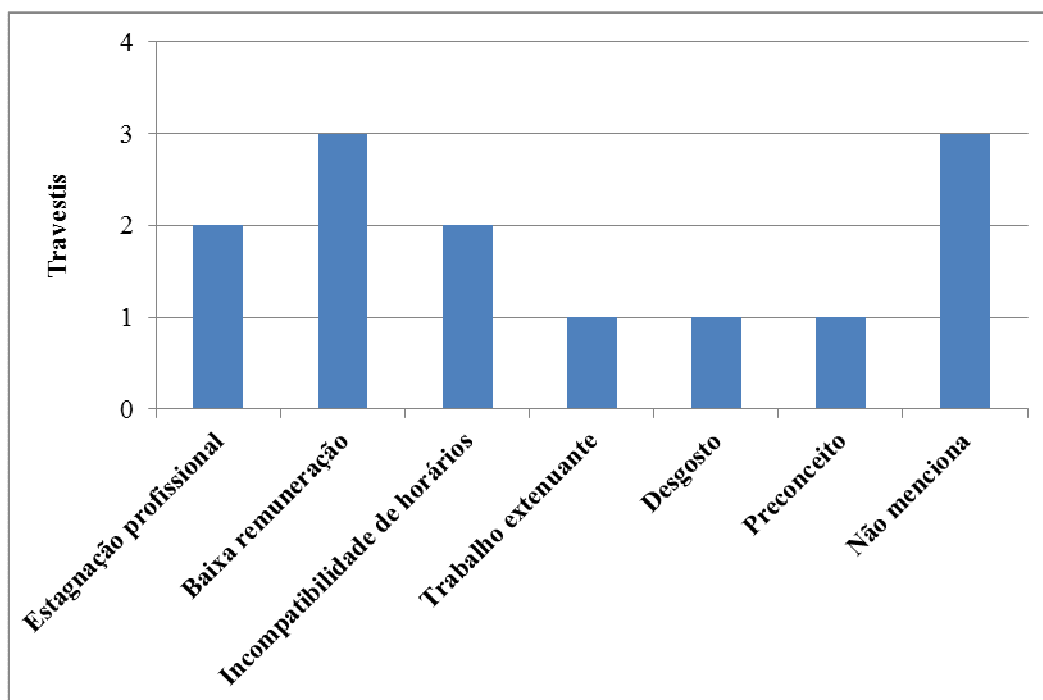
Independência financeira foi o fator mais mencionado quando se trata de satisfação com o emprego / atividade, tendo sido citada por metade das travestis entrevistadas. Respeito adquirido e fazer o que gosta vieram na sequência das razões: cada uma dessas razões foi citada por ¼ das entrevistadas. O fato de ter carteira assinada, reconhecimento profissional e oportunidade de socialização foram considerados motivos de satisfação por 16,6% das travestis entrevistadas. Apenas uma (8,3%) das entrevistadas apontou a flexibilidade de horário como fator que lhe traz satisfação no emprego / atividade.

**Tabela 2. Razões de insatisfação das travestis entrevistadas com o emprego / atividade exercida**

Travestis	Estagnação profissional	Baixa remuneração	Incompatibilidade de horários	Trabalho extenuante	Desgosto	Preconceito	Não respondeu
Adriana K							X
Dara	X						
Emanuelle		X					
Hanna		X					
Karol							X
Luiza							X
Maria Eduarda			X				
Melissa			X	X			
Michelle	X						
Nathália					X		
Pabliny		X					
Renata Vaz						X	
<b>TOTAL</b>	2 (16,7%)	3 (25,0%)	2 (16,7%)	1 (8,3%)	1 (8,3%)	1 (8,3%)	3 (25,0%)

25% das entrevistadas citaram a baixa remuneração como a razão de sua insatisfação com o emprego. Duas entrevistadas não se mostraram satisfeitas devido à incompatibilidade de horários. 16,6% encontravam-se insatisfeitas devido à estagnação profissional. Trabalho extenuante, desgosto e preconceito foram razões mencionadas, cada uma, por ¼ das entrevistadas. Três entrevistadas, 25%, não mencionaram razões de insatisfação.

**Figura 8. Razões apontadas pelas travestis para a insatisfação com o emprego / a atividade**



A razão mais forte para a insatisfação pareceu ser a baixa remuneração. A estagnação profissional e a incompatibilidade de horários vieram em segundo lugar com o mesmo peso cada uma. É interessante observar que tanto Silva, (1993) quanto Benedetti, (2005), salientam que a maior parte das travestis tem hábitos noturnos e pouco saem durante o dia, por estarem dormindo ou para evitarem exposição a atitudes preconceituosas. As travestis entrevistadas para este estudo mencionam a incompatibilidade de horário como um problema, referindo-se ao horário de trabalho do mercado formal, cuja remuneração é muito baixa e exige normalmente, atividades diurnas. O trabalho extenuante, o desgosto e o preconceito vieram em último lugar e pareceram ter a mesma importância. O fato de 25% não ter mencionado razões de insatisfação pode sugerir uma relativa acomodação.

**Quadro 4. Sonhos, desejos e aspirações profissionais e pessoais das travestis entrevistadas**

<b>Travestis</b>	<b>Sonhos, desejos e aspirações profissionais e pessoais</b>
<b>Adriana K</b>	Ampliar salão do qual é proprietária com enfoque em atendimento a noivas e debutantes. Contratar funcionários com carteira assinada.
<b>Dara</b>	Não tem planos.
<b>Emanuelle</b>	Prestar concurso para fiscal sanitário e fazer curso de direito.
<b>Hanna</b>	Abrir mão do trabalho formal e ter seu próprio salão de beleza.
<b>Karol</b>	Profissionalizar-se e firmar-se como fotógrafa.
<b>Luiza</b>	Ampliar salão do qual é proprietária
<b>Maria Eduarda</b>	Trabalhar na área de <i>telemarketing</i> e retomar curso de informática.
<b>Melissa</b>	Estudar inglês. Voltar a trabalhar com carteira assinada como auxiliar administrativa e/ ou se prostituir na Europa.
<b>Michelle</b>	Ter seu próprio estabelecimento especializado em pedicure, o que ela chama de SPA dos pés.
<b>Nathalia</b>	Retomar o curso de gestão ambiental e voltar a trabalhar como auxiliar administrativa.
<b>Pabliny</b>	Fazer curso de <i>design</i> de jóias e abrir um negócio na área.
<b>Renata Vaz</b>	Terminar curso de jornalismo para atuar na área.

Uma das entrevistadas disse não alimentar quaisquer planos pessoais ou profissionais futuros. Duas delas mencionaram ter planos, mas sem implicar mudanças nas suas definições profissionais no momento: foram as proprietárias de salão de beleza, que estavam querendo ampliá-los. Outra manifestou interesse em transformar sua atividade secundária de fotógrafa em principal. O restante, oito travestis ou dois terços do total, revelou desejar tomar rumos profissionais diferentes dos atuais. Para seis (a metade das entrevistadas), as aspirações estavam associadas ao desejo de realização ou retomada de estudos: fazer curso de direito, retomar curso de informática, estudar inglês, retomar o curso de gestão ambiental, terminar o curso de jornalismo. Das oito que estavam querendo mudar de atividade, três mencionaram o desejo de ter o próprio negócio, duas se referiram a estabelecimentos de beleza. Três citaram atividades assalariadas de serviços (*telemarketing* e auxiliar administrativa). Uma disse sonhar em prestar

concurso para fiscal sanitário. Outra apresentou também o sonho de se prostituir na Europa.

**Quadro 5. Áreas anteriores de trabalho**

<b>Travestis</b>	<b>Áreas anteriores de trabalho</b>
<b>Adriana K</b>	Lojas de roupas e salão de beleza.
<b>Dara</b>	Caixa de restaurante japonês.
<b>Emanuelle</b>	Balcão de lanchonete.
	Guarda municipal da prefeitura de Belo Horizonte.
<b>Hanna</b>	Salão de beleza.
<b>Karol</b>	Assprom (Associação Profissionalizante do Menor).
<b>Luiza</b>	Shows em televisão e boates nas Ilhas Canárias. Cabelereira em salões de beleza.
<b>Maria Eduarda</b>	Não há.
<b>Melissa</b>	Operadora em empresa multinacional especializada na área de <i>telemarketing</i> . Operadora de <i>telemarketing</i> em empresa focada em recursos humanos. Auxiliar de cozinha em empresa industrial automobilística. Gerente de estoque e vendedora loja de roupas. Auxiliar administrativa de universidade particular.
<b>Michelle</b>	Caixa em supermercado em Caeté. Processadora de alimentos em restaurantes corporativos de um grande supermercado e de uma empresa industrial automobilística. Salão de beleza, como pedicure e manicure. Assistente de produção em empresa de cosméticos.
<b>Nathália</b>	Auxiliar administrativa numa universidade particular. Auxiliar de produção em abatedouro de frango em Betim.
<b>Pabliny</b>	Empregada doméstica em três domicílios. Faxina em empresa de engenharia, em empresa de produção alimentícia, em empresa integrante de uma rede de culinária italiana e em um grande hospital. Capina em empresa de engenharia de limpeza urbana. Varrição em empresa de engenharia e em empresa de limpeza urbana e serviços gerais. Chefe de equipe de limpeza numa empresa de engenharia. Auxiliar de cozinha em empresa integrante de uma rede de culinária italiana. Higienização em um grande hospital.

<b>Renata Vaz</b>	Assessora de governo na prefeitura de sua cidade natal. Chefe de cerimonial e supervisora de cultura.
-------------------	---

O grupo das travestis entrevistadas apresentou diversidade com relação às atividades já exercidas: setor de vendas (lojas de roupas, caixa de restaurante e de supermercado, balcão de lanchonete); industrial (assistente de produção em empresa de cosméticos e auxiliar de produção em abatedouro de frango); alimentação (auxiliar de cozinha, processadora de alimentos em restaurantes); *Telemarketing* e atividades administrativas (auxiliar, gerência de estoque); serviços pessoais (cabelereira, pedicure e manicure); serviços domésticos e de limpeza; serviços sociais (assistência a adolescentes); funções públicas (guarda municipal de prefeitura, chefe de cerimonial e supervisora de cultura) e atividades de entretenimento (*shows* em televisão e boates).

#### Quadro 6. Atividades de qualificação profissional e pessoal

<b>Travestis</b>	<b>Atividades de qualificação profissional e pessoal</b>
<b>Adriana K</b>	Curso preparatório para cabeleireira na Broadway. Atualização profissional por meio de consultas à internet, revistas e contatos com amigas do ramo.
<b>Dara</b>	Capacitação em serviço em culinária japonesa.
<b>Emanuelle</b>	Graduação em Letras (incompleta).
<b>Hanna</b>	Capacitação teórica em serviço na área de <i>telemarketing</i> .
<b>Karol</b>	Curso de fotografia.
<b>Luiza</b>	Curso preparatório para cabeleireira.
<b>Maria Eduarda</b>	Curso de informática (incompleto).
<b>Melissa</b>	Curso em <i>telemarketing</i> .
<b>Michelle</b>	Curso de pedicure e manicure.

<b>Nathália</b>	Curso de gestão ambiental (incompleto).
<b>Pabliny</b>	Não fez.
<b>Renata Vaz</b>	Cursos preparatórios para assessoria de governo, matrícula em curso em Jornalismo.

Apenas uma das travestis não buscou realizar cursos que permitissem melhorar suas condições de inserção e permanência no mercado de trabalho. Dez delas (83,3%) citaram cursos de qualificação. Três (25,0%) citaram formações voltadas para a prestação de serviços de embelezamento e duas, 16,6%, cursos de *Telemarketing*. Cursos de qualificação em Culinária, Fotografia, Informática, Assessoria a governos e Gestão ambiental foram mencionados, cada um, uma vez. Qualificações em nível superior foram também buscadas, embora não concluídas (Letras e Jornalismo).

#### **Quadro 7. Forma usada para conseguir o emprego / a atividade atual**

<b>Travestis</b>	<b>Forma usada para conseguir o emprego / a atividade atual</b>
<b>Adriana K</b>	Convidou amigas para abrirem uma sociedade em conjunto.
<b>Dara</b>	Antigo empregador a requisitou novamente.
<b>Emanuelle</b>	Concurso público.
<b>Hanna</b>	Indicação de uma amiga que trabalha em <i>telemarketing</i> .
<b>Karol</b>	(Fotógrafa e massagista) Por meio de contatos com clientes e relações com pessoas influentes.
<b>Luiza</b>	Convidou amigas para abrirem uma sociedade em conjunto.
<b>Maria Eduarda</b>	Influência de amigas
<b>Melissa</b>	Não menciona.
<b>Michelle</b>	Referências obtidas do seu antigo empregador.
<b>Nathália</b>	Influência de amigas.
<b>Pabliny</b>	Classificados de jornal.
<b>Renata Vaz</b>	Não menciona.

Os dados mostram que a forma mais comum usada pelas travestis para a obtenção de emprego ou constituir um empreendimento são os contatos, influências de amigos, referências de antigos empregadores e associações com amigas. Apenas uma entrevistada procurou e conseguiu emprego a partir de anúncio classificado de jornal. Outro caso diferenciado foi a estratégia de uma entrevistada de buscar aprovação em concurso público.

#### **Quadro 8. Posicionamento face à participação de ações coletivas pró-LGBTT**

<b>Travestis</b>	<b>Posicionamentos</b>
<b>Adriana K</b>	Acredita que a ASSTRAV pode auxiliar a travesti a buscar qualificação profissional.
<b>Dara</b>	Não sabe avaliar a repercussão do trabalho feito pelas ONGs pró-travestis.
<b>Emanuelle</b>	Acredita que os diferentes devem ser tratados de forma diferenciada para que possam se igualar em direitos aos demais. Acrescenta que as políticas públicas que beneficiam os negros podem servir para beneficiar as travestis.
<b>Hanna</b>	Acredita que participações em ações coletivas a fizeram se sentir mais segura.
<b>Karol</b>	Reconhece e valoriza o trabalho feito pela ASSTRAV.
<b>Luiza</b>	Constata o bom resultado das ações afirmativas da ASSTRAV.
<b>Maria Eduarda</b>	Compareceu a uma reunião de uma ONG pró-travestis.
<b>Melissa</b>	Não menciona.
<b>Michelle</b>	Não acredita no trabalho feito pelas ONGs exceto as direcionadas às vítimas de AIDS e câncer.
<b>Nathália</b>	Embora não tenha um posicionamento, esteve presente no Dia da Visibilidade Trans em Contagem do qual ficou sabendo por meio do <i>Facebook</i> .
<b>Pabliny</b>	Não desvaloriza a luta pelos direitos das travestis, mas prefere apoiar as ONGs direcionadas às vítimas de AIDS e câncer.
<b>Renata Vaz</b>	Filiada à ASSTRAV, acredita que o trabalho feito pelas ONGs prioriza interesses particulares.

Percebe-se que 50,0% das entrevistadas apresentaram um posicionamento positivo com relação ao trabalho realizado pelas entidades que congregam e buscam defender a comunidade LGBTT. O restante se dispersou pelas seguintes posições: não sabe avaliar, não acredita nesse trabalho, não tem um posicionamento definido, não prioriza esse tipo de trabalho, tem um posicionamento crítico sobre ele. Uma das entrevistadas não mencionou seu posicionamento a esse respeito. As diferentes leituras que fizeram sobre o assunto podem ser completadas com as informações que vem no quadro a seguir:

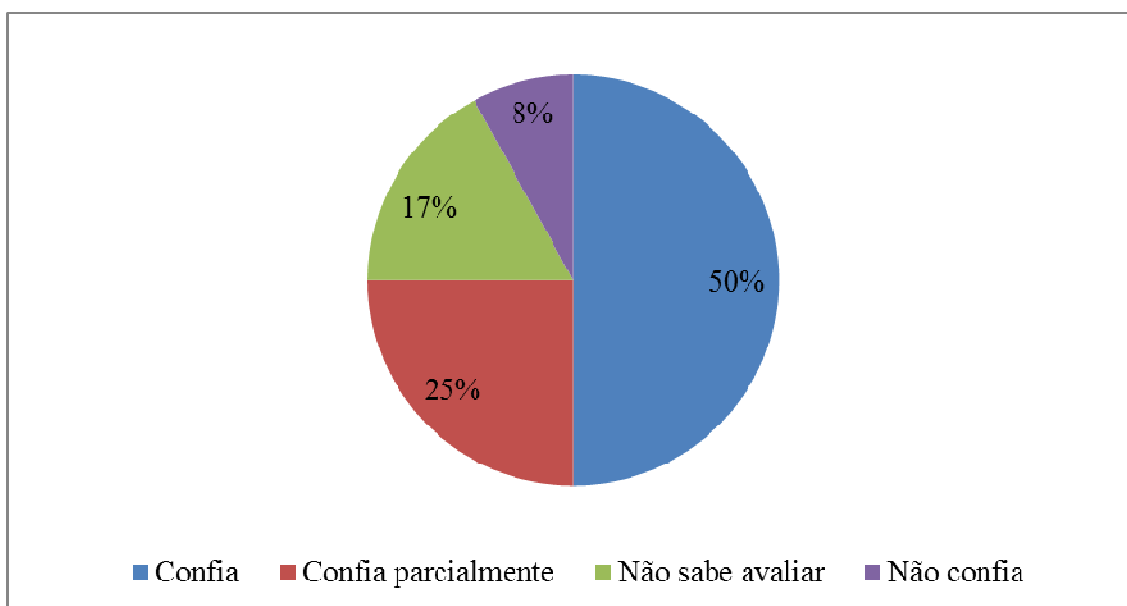
**Quadro 9. Planos e desafios referentes à participação em ações coletivas pró-LGBTT**

<b>Travestis</b>	<b>Planos</b>	<b>Desafios</b>
<b>Adriana K</b>	Ter sede própria para a associação continuar o trabalho de prevenção e orientação.	Obter recursos e sede própria para a associação.
<b>Dara</b>	Filiar-se futuramente à ASSTRAV.	Devido à timidez, vem protelando o contato com a ASSTRAV.
<b>Emanuelle</b>	Criar uma ONG voltada para os interesses das travestis.	Considera as ONGs um palco de disputas de poder.
<b>Hanna</b>	Pretende se envolver mais ativamente em ONGs.	Não menciona.
<b>Karol</b>	Não menciona.	A marginalização das travestis pela sociedade demanda uma participação ativa para serem reconhecidas como cidadãs e nem todas estão conscientes disso.
<b>Luiza</b>	Ter sede própria para a associação continuar o trabalho de prevenção e orientação.	Obter recursos e sede própria para a associação.
<b>Maria Eduarda</b>	Não menciona.	Não menciona.



<b>Melissa</b>	Não menciona.	Acredita que os LGBTs precisam se empenhar muito para serem reconhecidos, pois a travesti é considerada uma deficiente.
<b>Michelle</b>	Não menciona.	Já foi convidada para se filiar, mas não aceitou por acreditar que as travestis não fazem por onde serem respeitadas.
<b>Nathália</b>	Não menciona.	Não é filiada e não sabe para o que as ONGs servem e como funcionam.
<b>Pabliny</b>	Acredita que como ela é capaz de enfrentar a luta, outras também podem fazê-lo sem precisar de ajuda.	Acredita que a homossexualidade tem se tornado um comércio.
<b>Renata Vaz</b>	Gostaria de conhecer uma ONG militando a favor das travestis.	Não acredita no trabalho desenvolvido em prol das travestis desenvolvido pelas ONGs.

**Figura 9. Confiança em instituições que lutam a favor da comunidade LGBTT**



Há, hoje, várias instituições, associações e iniciativas públicas e privadas, que trabalham em prol dos direitos da comunidade LGBTT: a ABGLT, ALEM, ASSTRAV, ELLOS,

CELLOS, CRLGBT, GUDDS, MGB, MGM, MOOCAH, Parada gay de BH, UNA-se e outros afins. Após conversar com as entrevistadas sobre essas ações foi lhes perguntado se elas confiam nessas instituições. Como se pode verificar, 50% confiam; 25% confiam parcialmente e uma delas (8,3%) não confia. É interessante considerar o fato de que duas (16,6%) disseram não saber avaliar. Considerando-se que a soma das respostas confia parcialmente, não confia e não sabe avaliar perfaz 50% das respostas das entrevistadas, deduz-se que há um campo bastante amplo a ser explorado pelas organizações interessadas na defesa dos direitos e interesses e organização do segmento sociocultural das travestis.

### **Entidades pró-LGBT**

As entrevistadas mencionam várias dificuldades em relação às entidades pró-LGBT. Algumas delas, entretanto, reconhecem o trabalho feito pelas ONGs e enfatizaram que as travestis têm que participar ativamente para saírem da situação marginal em que se encontram.

Dara opina: *Eu acho muito importante, só não tenho coragem. Eu acho que é por causa do meu jeito. Da minha maneira de pensar, ou não ter oportunidade de lutar. Eu acho que preciso de alguém que me ajudasse a entrar nesse meio.* Hanna relata: *... o que eles fazem para proteger vale muito...é uma forma acolhedora, é uma forma humana mesmo.*

As entidades pró-LGBT não contam com a confiança da maioria das travestis entrevistadas. Pabliny afirma: *Sabe por que eu não participo de nenhuma ONG? Porque, hoje em dia, o homossexualismo está virando mais um comércio... Eu prefiro ajudar uma ONG, que trabalha contra o câncer.* Michelle partilha da mesma opinião: *Uma vez eles queriam, mas, eu optei por não. Eu acho que essas coisas assim de ONG, não sei, eu acho que uma ONG de travestis, mas ajudando as outras que precisam. Igual essas ONGs da AIDS, do câncer.* Melissa é ainda mais contundente: *Eu não acredito em ONG não! Porque não acontece... Enquanto eles não fizerem alguma coisa para eu acreditar, não acredito! ONG é política.*

As travestis apontaram o caráter precário de algumas entidades que sequer possuem uma sede própria e recursos para o funcionamento. Também foi citada a falta de consciência, de noção de cidadania, de participação ativa das travestis nas lutas da categoria. Luiza reconhece: *...mas é difícil lidar com o público alvo que é a travesti. Marca uma reunião elas nunca vão. Marca um encontro elas nunca vão...* . Algumas travestis admitiram desconhecer os objetivos e o modo de funcionamento dessas entidades. Maria Eduarda contou como se deu seu primeiro contato com uma ONG pró-travestis: *Eu fui lá só uma vez. ...uma amiga falou assim: 'eu vou ao MGB'. Aí eu perguntei, onde é isso? Aí nos pegamos e fomos.*

Outro ponto considerado é a desconfiança que possuem de que exista, realmente, uma ONG que lute verdadeiramente em prol das travestis. Emanuelle contou: *Nós ainda não temos uma ONG representativa das travestis. Nós queremos fundar uma ONG só de travestis e transexuais da cidade de Betim.* Algumas travestis entrevistadas relataram o fato de que várias organizações pró-LGBTTT se tornaram *um palco de disputas de poder.* Renata observou: *... o trabalho feito por ONGs ainda é muito voltado para interesses particulares. Precisamos de alguém que milite a nosso favor.* Emanuelle explicou: *É tudo muito pontual. Gay faz política para gay, lésbica para lésbica.* Constata-se que existe um campo muito amplo para a ação das diversas instituições pró-LGBTTT, para o investimento na divulgação de seus objetivos e áreas de atuação, especialmente visando ao segmento das travestis.

### **Identidade:**

A aparência e a construção do corpo por meio de hormônios, plásticas (silicone), cuidados estéticos, vestuário e gestual constituem uma procura essencial da travesti. Abrir mão disso é abrir mão do seu modo de ser. Hanna afirma ser louca para trabalhar com carteira assinada, mas adiou a procura por um emprego formal por temer ter que abrir mão de sua maneira de ser: *Eu vou ter que fazer isso, vou ter que fazer aquilo? Ah, uma coisa que prezo muito é o meu cabelo. Nossa! Eu vou ter que cortar o cabelo para entrar?*

Benedetti afirma:

... entre as travestis, é no corpo que se constroem as dinâmicas e características culturais do grupo. No processo de transformação do gênero vivenciado pelas travestis, as vestimentas e os adornos são peças importantes, pois têm a função de comunicar ao grupo e as pessoas em geral, características e atributos da pessoa que os porta. (BENEDETTI, 2005, p.72).

Adriana K confirmou a fala de Hanna *Se você não abrir mão de alguma coisa, da sua vaidade, do seu estilo, você não consegue. Tem que abrir mão de alguma coisa e elas não querem abrir.* É compreensível que as travestis não queiram abrir mão de sua aparência, vestimentas, acessórios, maquiagem, cabelos, pois, como lemos em Benedetti: “O corpo das travestis é, sobretudo, uma linguagem; é no corpo e por meio dele que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem a pessoa suas qualidades sociais. É no corpo que as travestis se produzem enquanto sujeitos.” (BENEDETTI, 2005, p.55).

### **Preconceito:**

Luiza afirmou que a maioria das travestis sofre preconceito: *Elas eram gays masculinas antes de virar travesti. Trabalharam de carteira assinada e tudo, depois, como viraram travestis, não puderam trabalhar mais, porque a empresa não aceita.* Luiza alerta para o fato de que as travestis têm preconceito contra elas próprias: *A maioria nem sai de dia, de casa, principalmente as profissionais do sexo. É muito complicado. Elas já saem de casa com medo de sofrer preconceito.* Dara também relata suas dificuldades pessoais: *Até hoje eu acredito que tenho dificuldades... Há muita dificuldade ainda! Eu não sei lidar com aquela situação das pessoas ficarem te olhando.*

Esse preconceito ocorre no ambiente de trabalho e também no ambiente escolar. As travestis sofrem preconceito nas escolas, o que motiva a evasão e conseqüente não qualificação: *Nas escolas, a discriminação contra travestis e transexuais é generalizada.* A instituição escolar ainda é heteronormativa. O preconceito está nas pessoas, na instituição como um todo.

A educadora trans, Dagir Ribeiro Sarug, narra o constrangimento que enfrenta em seu trabalho:

[o preconceito ocorre] de diferentes formas, desde piadinhas até agressão física. Outras formas são o impedimento do uso do banheiro, do uso do nome social e da circulação no espaço da escola. Muitas vezes o preconceito aparece de forma silenciosa e insidiosa: nesse caso o professor tem de ser perspicaz na detecção desse tipo de violência (SARUG, 2009, p.52).

Ainda de acordo com ela a função de educadora ‘trans’:

É um desafio porque, dada a invisibilidade das trans no espaço escolar, minha presença ainda causa surpresa e é motivo de desconfiança e deboche. Quando vou à cantina, as pessoas ficam rindo, apontando o dedo e cochichando no ouvido, É uma situação constrangedora (SARUG, 2009, p.52).

### **Prostituição:**

Um julgamento apressado pode levar à impressão de que as travestis buscam a prostituição como última alternativa para a sobrevivência, que o fazem por não conseguirem emprego e que sofrem muito com essa situação. Com certeza será o caso de muitas travestis expulsas de casa ainda na infância, sem educação formal, sem casa e recursos financeiros. A prostituição carrega todo um acompanhamento que envolve exposição pública a diversos perigos, como a exploração, o abuso, o roubo, a doença, o acesso às drogas, e até os assassinatos. É difícil pensar que alguém busque essa exposição.

Entretanto, pode-se observar pelos relatos da maioria das entrevistadas, que a prostituição geralmente é exercida antes de conseguirem um emprego, concomitantemente ao exercício de outra profissão e até mesmo, em vez do emprego. Muitas travestis deixam de buscar um emprego formal ou se demitem, caso já o tenham, para terem condições de exercer a prostituição. Adriana K comentou: *Acabam caindo no mundo das drogas..., é um mundo cruel. Então elas acabam se viciando. Acabam caindo no mundo da marginalidade e a coisa da noite, da prostituição, do sexo rápido, do dinheiro e da droga, é tudo fascinante...* Ao final da observação, a entrevistada disse que é tudo muito fascinante. Esse fascínio exercido pela prostituição traz outra visão do ingresso e permanência da travesti na prostituição. Existe também outro olhar que não

inclui obrigatoriedade ou sofrimento. A prostituição também pode ser fascinante, trazer “*status*”, reconhecimento do enorme trabalho que as travestis têm para se “montarem”, construir seus corpos e identidades.

A questão financeira é central. Quando se comparam os salários de diversas profissões às quais as travestis têm tido acesso (cabeleireira, manicure, modelista, massagista, cozinheira, auxiliar de serviço, faxineira, agente de telemarketing, entre outras) e a quantia que os programas lhe proporcionam, não há dúvidas: elas tendem a ficar com os programas. Nathália explicou que as travestis saem do emprego também pela questão da baixa remuneração: *As meninas saíram todas porque é chato trabalhar de carteira assinada e saber que você vai ganhar só aquele tiquinho no mês, tá osso! Eu saí por vontade própria. É porque eu estava intercalando os dois, eu trabalhava de dia lá na universidade e de noite eu descia para trabalhar de programa. Só que aí, sei lá, o programa dá muito mais. Eu estava ficando muito cansada.* Pabliny também acredita que o salário é um fator definitivo: *Muitas travestis não gostam por causa do salário. Uma travesti tem um gasto maior do que o de uma mulher. Então, o salário mínimo não dá para sobreviver... Então, a maioria cai para a prostituição porque é um dinheiro que vem mais fácil.*

Kulick afirma:

... por maior que seja sua importância, o dinheiro não conta toda história da prostituição travesti. Quando temos oportunidade de acompanhar as conversas das travestis nas ruas, é possível perceber que outra dimensão, além do dinheiro, vem à tona: o prazer. O trabalho como prostituta dá prazer às travestis. Elas gostam da atividade. A prostituição reforça sua auto-estima e proporciona satisfação sexual (KULICK, 2008, p.196).

Afirmações - que enfatizam o prazer e a satisfação de serem admiradas, elogiadas, cortejadas, aplaudidas e realizadas pelos homens na rua – são absolutamente constantes nas falas das travestis (KULICK, 2008, p.198).

Na prostituição, esse reforço é reconhecido, na medida em que são assediadas, “cantadas”, elogiadas e pagas pela sua beleza, charme e encanto. Karol Salles foi taxativa: [fazer programas] *é uma opção. A sociedade não me impõe, não! Eu estou nesta área porque eu gosto. Se fosse uma coisa que eu não gostasse, eu não estaria. Eu gosto de ser desejada, de dar prazer e receber prazer.*

É muito interessante a percepção do mecanismo de ingresso na prostituição. Segundo Adriana K, esse é um mundo cruel que as leva à marginalidade e ao mundo da noite. A prostituição traz o sexo rápido, o dinheiro, o apelo das drogas. Fecha-se o ciclo: Drogas – vício – marginalidade – prostituição – sexo - dinheiro rápido – marginalidade. Nathália explicou que muitos clientes procuram por drogas, oferecem e querem que elas as usem com eles: *Tem muita droga. Querem saber se tem. Querem usar e pagar para você usar junto com eles.*

Kulick, em seu estudo sobre travestis em Salvador, afirma que:

... é impossível para as travestis ganhar o dinheiro necessário em empregos assalariados e que, quando o conseguem, trata-se de atividades com as menores remunerações da economia brasileira. Temos que levar em conta que as travestis têm uma despesa bastante alta com sua produção: cirurgias, vestuário, maquiagem, beleza em geral. Diante dessas necessidades é difícil permanecer em um emprego formal. A travesti buscará na prostituição a obtenção rápida de uma quantia alta em dinheiro (KULICK, 2008, p.198).

Com relação a uma de suas entrevistadas, Kulick afirma:

... a primeira vez que se prostituiu aos 16 anos, Luciana ganhou o equivalente a uma semana de trabalho no salão de beleza onde estivera empregada até aquele dia. Ela também pediu demissão no dia seguinte. (KULICK, 2008, p.195).

Benedetti, também menciona o alto gasto mensal que as travestis têm para manterem o processo de construção do gênero travesti, especialmente levando-se em conta a situação econômica precária da maioria das travestis. (BENEDETTI, 2005, p.58).

Nesse estudo, ficou patente o descompasso entre o que a travesti precisa ganhar para se produzir e o que, de fato, podem conseguir em empregos formais. Segundo o autor, “O mercado sexual é praticamente o único contexto em que podem desenvolver autoconfiança e auto-estima (KULICK, 2008, p.202). Para a maioria das travestis que foram por ele entrevistadas, a prostituição deveria ser considerada um trabalho como outro qualquer, e o seu exercício uma opção.

## **Família:**

É muito interessante a visão de Kulick a respeito das relações entre as travestis e suas famílias. Segundo ele, as travestis procuram enviar dinheiro e presente aos parentes, sempre que possível: “trocam-se bens materiais por afeto e reconhecimento” (2008, p.194). A maioria das travestis presta apoio financeiro à família em maior ou menor escala e têm a mãe como referência, dando-lhe maior valor que ao pai. A relação com ele foi e tem sido, para algumas delas, mais conflituosa. O dinheiro lhes trouxe o respeito que tanto lutaram para conseguir em casa. Michelle contou sobre sua participação nas despesas da casa dos pais: *Eu modifiquei a casa da minha mãe todinha. Meus irmãos, todos, eu já ajudei. Eu vou lá para minha mãe, a única pessoa no mundo que eu tenho é ela. Eu faço tudo por ela.* Dara relatou sua relação com os pais idosos: *A gente é assim: é uma assistência, um tanto familiar e às vezes material também.* Emanuelle contou: *O respeito também foi por causa do estudo e do trabalho. Eu me senti mais dignificada e respeitada. E os filhos, a prole deles também, hoje são respeitadores como os próprios pais.*

A homofobia, fruto da ignorância e do machismo presentes na sociedade brasileira, é a causa dos conflitos mais sérios que as travestis enfrentam. Dentro da família, esse conflito geralmente se dá com a figura paterna e, em alguns casos, com irmãos, homens heterossexuais. Hanna contou a dificuldade para se relacionar com o pai: *Eu não via meu pai... Muito pouco contato... A aceitação não é total... Eu sofri muito na mão do meu pai, ele me batia de forma muito homofóbica... o meu pai para mim, hoje, não é ninguém. Eu nunca tive a figura paterna.* Melissa narrou sua relação conflituosa com o pai na infância quando este a confrontava: *Se você for ‘boiola’, eu te mato. Meu pai não suportava a situação porque ele fez um filho homem e virou gay.* Renata contou sofrer rejeição do único irmão que mal a tolera e só conversa com ela “entre dentes”. Michelle relata o mesmo problema com um irmão. As entrevistas realizadas para esta dissertação sugeriram que a figura materna é muito importante para as travestis. A mãe, geralmente, mostra-se mais compreensiva e aceita a orientação do filho. Mesmo assim, algumas entrevistadas escondem delas o fato de exercerem a prostituição. A relação conflituosa na família traz profundo sofrimento às travestis. Segundo Renata, sua mãe percebeu que, quando criança, ela só brincava com as bonecas das amigas. Carinhosamente, a mãe lhe explicou que aquela brincadeira faria seu pai ficar muito bravo se ficasse



sabendo. Vendo a mãe chorar, Renata jogou pela janela as bonecas e passou a brincar com elas só com as coleguinhas na escola: *Meu inferno começou aí!*

### **Sonhos:**

Muitas das travestis entrevistadas têm sonhos em comum, como ter a casa própria, retomar os estudos, se qualificar e ter o próprio negócio para poder largar a prostituição. Hanna contou que seu maior desafio é não ter onde morar: *Nossa, o mais urgente é ter minha casa. Nem que seja um comodozinho que divide sala, sabe, mas eu preciso ter meu canto. Eu preciso do meu espaço.* Maria Eduarda mostrou-se consciente de que, para realizar seus sonhos, precisará conseguir um emprego: *...porque, se eu não arrumar um serviço primeiro, como é que eu vou alugar uma casa? Aí eu vou ter que estudar. Não tem como. Estou fazendo de tudo para sair da prostituição. Sair da casa do meu pai... Quero só minha casa. Ficar de boa.* Dara contou que, se tivesse condições, gostaria muito de se qualificar: *Eu acho que nessa minha área se eu tivesse oportunidade de me qualificar... oportunidade de crescimento na minha área...* Emanuelle disse planejar seu futuro cuidadosamente: *... retomar a faculdade... Letras, porque eu quero ter o curso de Letras como uma base para o curso de Direito que precisa de uma habilidade, um volume de leitura muito intensa.* Melissa oscila entre estudar ou apostar alto na prostituição na Europa: *O curso profissionalizante na minha área vai ficar melhor para eu adquirir um emprego. Ou então, estou pensando em 'rachar fora' para a Europa... Espanha!. Uma amiga me indicou.* Melissa revelou seus sonhos: *Meu sonho é ter um SPA dos pés. Agora, o essencial mesmo, eu considero, é conseguir a casa própria.* Pabliny revelou sonhos e planos para o futuro: *Eu estou querendo fazer curso de design de jóias. Eu quero entrar nesse ramo. Eu quero me aperfeiçoar. Eu tenho um sonho sim! Meu sonho é ter minha casa própria. Comprar o que é meu. Bater no peito: isso aqui é meu! Comprei com meu suor. Eu não precisei roubar nem matar e nem vender drogas! Tenho teto pela minha capacidade.* Nathália contou que vai abandonar a prostituição assim que conseguir concretizar seus objetivos: *Eu comecei a pagar um apartamento, assim que eu acabar de pagar esse apartamento e comprar um carro para mim, eu vou parar de me prostituir.*

Com esta dissertação pode-se confirmar a conclusão de Kulick (2008) sobre os sonhos das travestis. Segundo ele, o principal sonho delas travestis é a compra da casa própria, primeiro para a mãe e, depois, para elas próprias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema que deu origem a esta dissertação decorreu da observação que se pode fazer sobre um número muito pequeno de travestis inseridas no mercado de trabalho, especialmente o formal. Com esse estudo, buscou-se analisar as condições sociais que dificultam a valorização profissional de travestis; conhecer, por meio de depoimentos de algumas delas, o que tem lhes servido de embaraços, estorvos ou impedimentos para que se situem no mercado de trabalho conforme almejam; identificar suas estratégias pessoais para a superação desses obstáculos e realizar a inserção e a permanência no mercado de trabalho; e propor encaminhamentos a serem observados por políticas sociais, públicas ou privadas, que visem à inclusão social desse grupo social e à aceitação da sua diversidade sexual pela sociedade.

Para tanto, de uma amostra de doze travestis entrevistadas, foram analisados o perfil socioeconômico, educacional e de situação de trabalho; as dificuldades que elas têm encontrado para se inserirem no mercado de trabalho formal e nele permanecerem; seus objetivos, ações e meios visando obter valorização profissional, inserção e permanência no mercado de trabalho; e o engajamento delas em ações afirmativas de caráter coletivo como uma das formas de buscar a valorização desse segmento pelo mercado de trabalho e sociedade.

Por estratégia de valorização profissional foram consideradas as decisões, ações e seus resultados, que tenham a perspectiva de tornar mais valorizados socialmente o exercício de profissões e aqueles que as exercem. Dois modelos teóricos de estratégia de valorização profissional foram utilizados como referência, o paradigma defensivo e o ofensivo.

Assim, considerou-se que ocorrem estratégias de valorização profissional defensivas quando a pessoa opta pela adaptação ou adequação da sua trajetória ocupacional ao padrão tradicional de aceitação social das atividades de trabalho de indivíduos com suas características (étnicas, gênero, religião etc.) ou a situações de menor risco de insucesso.

Por estratégias de valorização profissional ofensivas, foram considerados dois procedimentos: o enfrentamento das forças que tradicionalmente têm dificultado a incorporação no mercado de trabalho de segmentos sociais estigmatizados e a construção de outros padrões de inserção e permanência, que possam contribuir para a superação de preconceitos existentes e exclusões do mercado de trabalho por quaisquer ordens de fatores (econômicos, sociais, políticos, culturais etc.).

O presente estudo teve caráter exploratório e o levantamento de hipóteses teve apenas o propósito de dar um eixo orientador à análise dos dados encontrados e oferecer elementos para novos estudos sobre o tema. Portanto, os resultados que serão sintetizados não visam confirmações para fins de generalizações teóricas.

Hipótese 1: As estratégias de valorização profissional de travestis revelam as perspectivas de profissionalização que essas trabalhadoras identificam, valorizam e selecionam.

As análises dos Quadros 04 e 06 mostraram que as travestis entrevistadas, em sua maioria, buscam qualificação profissional em áreas tradicionalmente ocupadas por elas e que têm a aceitação da sociedade: Beleza e estética (cabeleireira, maquiadora, manicure, pedicure, massagista, cozinheira). Apenas três das entrevistadas se dispuseram a investir em um curso superior e concurso público, de áreas profissionais diferentes dessas. É difícil dizer se o que leva as travestis ao trabalho de beleza e estética é, de fato, uma seleção pessoal ou uma acomodação ao socialmente aceitável. É importante enfatizar que a área de beleza e estética faz parte da vida e identificação subjetiva das travestis e é muito valorizada por elas.

Hipótese 2: Como o discurso de inclusão voltado aos integrantes de grupos da diversidade sexual pouco tem incluído as travestis, essas trabalhadoras se mostram mais propensas a desenvolverem estratégias de qualificação profissional ou perspectivas de tipo defensivo, orientadas pelo princípio da economia de esforços.

Conforme o comentado para a Hipótese 1, a maioria das travestis, quando empregadas exercem ocupações consideradas “femininas” pela sociedade. A discriminação do mercado de trabalho formal em relação a elas apareceu, de forma contundente e mais

específica, nas entrevistas. Suas chances de conseguirem emprego junto a empresas que priorizam o contato com o público são remotas exceto no caso de empresas de *telemarketing* em que o contato não é visual. A história de vida das travestis é cheia de episódios de rejeição, o que gera obstáculos muitas vezes intransponíveis. Desanimadas, as travestis se recolhem as atitudes defensivas e se conformam ao padrão vigente. Isso lhes garante, de certa forma, a sobrevivência e poupa esforços que poderiam resultar em frustrações. Ainda é uma minoria entre as entrevistadas, aquelas que, apesar dos obstáculos, procuram crescimento pessoal e profissional, conhecendo e exigindo seus direitos, e enfrentando as fortes reações da sociedade. As importantes lutas que as várias organizações pró-LGBTTTT vêm travando visando ao conhecimento e ao respeito aos direitos de todos e à diversidade não são amplamente divulgadas e conhecidas pelas travestis. Como se viu na análise do Quadro 9, a participação das travestis entrevistadas nessas organizações e movimentos é ínfima. Elas não se mostraram confiantes nessas organizações, sentem-se rejeitadas pelos grupos LGB e algumas não sabem para que essas entidades servem e como elas funcionam. Além disso, existe uma desconfiança de que essas instituições sejam um palco de disputas de poder. Nem todas as travestis estão conscientes da necessidade de uma participação ativa para serem reconhecidas como cidadãs. É muito recente a inclusão das travestis como tema de seminários, discussões, mesas-redondas e congressos. A discussão a respeito dos direitos LGB já está bem mais avançada na sociedade brasileira. A das travestis está apenas começando. Todas as entrevistadas desejam ser chamadas pelo seu nome social em todas as instâncias. Segundo elas, a não legitimação do nome social é um dos motivos de maior constrangimento por que passam. Entretanto, nem todas se referem a si mesmas usando a flexão de gênero feminino. Parece que assumir o feminino, inclusive do ponto de vista linguístico, está relacionado com um maior nível de conscientização de gênero da travesti.

Hipótese 3: Como o direito à diversidade sexual tem crescido – ainda que de forma bem lenta, gradual e conflituosa, algumas travestis já lançam mão do princípio da liberdade de ação e de independência na determinação de suas estratégias de valorização profissional em contraposição à pressão desfavorável do ambiente social e ou de empregadores.

Conforme mencionado na discussão da hipótese 3, o número das travestis que foram entrevistadas para a presente pesquisa que utiliza estratégias ofensivas buscando caminhos diferentes dos preconizados pela sociedade para esse grupo social se mostrou irrisório. Pôde-se observar que as travestis mais conscientizadas de seus direitos sociais são as que insistem em abrir o caminho para alcançar seus objetivos. O acesso à informação é essencial para que as travestis possam se beneficiar das oportunidades que já existem (mas são desconhecidas por elas) ou pleitear outras.

Para o coordenador de Centro de Referência LGBT de Belo Horizonte, Carlos Magno não é preciso criar políticas públicas específicas para a comunidade LGBT, há que se incluí-la nas existentes. Um exemplo é o uso do NIAT (Núcleo Integrado de Atendimento ao Trabalhador) da Prefeitura de Belo Horizonte ao qual o Centro de referência LGBT recorre em relação à oferta de cursos, bolsas e vagas de emprego. Indiscutivelmente, a disseminação da informação é fundamental para viabilizar o acesso de todos aos benefícios vigentes. O trabalho do Centro de referência LGBT de Belo Horizonte não é utilizado por uma grande parte das travestis entrevistadas.

Leis também podem facilitar esse acesso. Entretanto, uma lei será ineficaz se não for acompanhada por um trabalho pedagógico (BORRILLO, 2010, p.112). A conquista dos direitos não significa a diminuição da violência; a declaração de um direito não implica a efetivação desse direito. Segundo Irigaray (2012, p. 141), a academia deve se responsabilizar pelo estudo e discussão das realidades das cidadãs travestis, resgatando-as da invisibilidade e silêncio que lhes são impostos e cabe às empresas formular e implantar, eficazmente, políticas que viabilizem a inclusão das travestis e transexuais em seus quadros de funcionários, bem como sua ascensão organizacional.

Hipótese 4: Quanto maior o número de alternativas que as travestis encontram para traçar suas estratégias de valorização profissional, maior sua percepção com relação à liberdade pessoal de agir em face das pressões do ambiente social e de empregadores. Uma das entrevistadas decidiu fazer curso superior e tomou tal decisão porque já trabalhava na instituição educacional como auxiliar administrativo. Essa circunstância de vínculo institucional proporcionou-lhe o acesso à informação sobre a oferta do curso de seu interesse e a possibilidade de se inscrever. Como foi dito anteriormente, o acesso à informação é essencial. Ele é um dos recursos que podem propiciar às travestis a

condição de fazer escolhas. Há, atualmente, ofertas de qualificação profissional, cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos, de graduação tecnológica, de bacharelados e licenciaturas que precisam ser mais divulgados entre elas. Com relação aos cursos técnicos, as oportunidades cresceram muito atualmente a partir do surgimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, criado pelo Governo Federal em 2011 mediante a Lei nº 12.513/11. Ele tem como objetivo realizar a expansão, interiorização e, inclusive, a democratização da oferta de oportunidades de educação profissional e tecnológica. Além de subprogramas, o PRONATEC prevê projetos e ações que possam viabilizar esse acesso democratizado. Até 2015, esse programa espera oferecer oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis<sup>18</sup>. Espera-se que o segmento das travestis seja também contemplado. São cursos gratuitos, que devem ser oferecidos pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, redes estaduais de ensino, Sistema S (entidades para-estatais vinculadas à indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas), por iniciativa própria ou em parcerias, a estudantes, trabalhadores e desempregados. São cursos que estão abertos a qualquer cidadão, as travestis podem se inscrever como cidadãs que são, mas a falta de informação, e, talvez, a necessidade de uma explicitação do seu grupo minimiza sua participação. Nos âmbitos do poder municipal, estadual e federal, bem como nas esferas de atuação das entidades privadas, de movimentos sociais, comunitários, de economia solidária há iniciativas abrangentes, não especificamente voltadas para o segmento das travestis, das quais as travestis podem e devem se beneficiar. Falta informação e conseqüentemente a atuação ofensiva.

Uma questão complexa é a prostituição. Por um lado, pode ser entendida como única alternativa ao desemprego, e por já estar referendada pela sociedade demanda menos esforços para a travesti. Olhando por esse prisma, ela pode ser vista como uma estratégia defensiva. Por outro lado, lembrando o aspecto da prostituição por prazer, em que a travesti também se destaca, se afirma e se realiza (KULICK, 2008), ela se aproxima, igualmente, de uma estratégia ofensiva.

A homofobia está baseada em uma cultura que produz e se reproduz em um discurso que associa os homossexuais ao pecado, à doença, ao desvio, à ilegalidade, à submissão, aos confrontos das diferenças com as instituições (MOTT, 1997). Conforme o enfoque

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/>. Acesso em 15 jun. 2012.

interacionista (FREIRE, 1987), é a ação do sujeito sobre o objeto que elabora o conhecimento. O fenômeno educativo não está restrito à educação formal. A educação é um ato político. A afirmação das diferenças pode, assim, ser entendida como um ato educativo (FREIRE, 1997). Limitar o trabalho das travestis às categorias profissionais convencionadas socialmente como apropriadas a elas ajuda a evitar a explicitação das diferenças da sociedade, “dá” a elas um determinado local onde ficam marginalizadas e deixam a sociedade livre da obrigação de lidar com esse grupo de modo diferente do sancionado pela tradição. O espaço onde elas podem ser bem sucedidas é definido, então, não por elas, travestis, mas pela norma dominante: o lugar em que o estigma possa ser uma vantagem.

As dúvidas e desconhecimentos, que motivaram a realização dessa investigação, não foram superados totalmente e nem tão pouco o número de entrevistadas permite fazer qualquer assertiva conclusiva. Entretanto, acredita-se que, ao término deste estudo, alguns esclarecimentos possam ter sido alcançados. Considerando-se estritamente a amostra estudada, verificou-se que as travestis tendem a ficar restritas às áreas de atuação profissional em que são aceitas ou menos rejeitadas pela sociedade. Logo, foi pequeno o número encontrado das que vêm buscando alternativas mais ofensivas de atuação. Segundo, as travestis afirmaram que ainda vêm enfrentando muitos preconceitos manifestados por intolerância e pela resistência por parte dos empregadores em aceitá-las nos seus quadros de funcionários. Terceiro, as travestis consultadas parecem não estar diversificando e melhorando sua qualificação profissional para atuar no mercado de trabalho. Ou seja, elas têm desenvolvido mais as posições defensivas com medo de se exporem à frustração de serem preteridas. Quarto, as travestis, quando se mostraram investindo em qualificação profissional em áreas diferenciadas das que constituem o campo tradicional de sua atuação, não explicitaram claramente se o faziam conscientemente como forma de conter e combater as discriminações das quais se disseram vítimas. Quinto, os recursos e meios que elas têm buscado acionar para se afirmarem como cidadãs de direito no campo das suas opções profissionais se revelaram ainda muito pessoais. Ou seja, as estratégias coletivas, pelo menos para o grupo investigado, não foram confirmadas por grande parte delas.

Embora atinente a um pequeno grupo entrevistado, espera-se que os resultados desta pesquisa possam ser úteis ao planejamento e execução de políticas inclusivas de



educação e de qualificação profissional e de promoção da inserção e a permanência de travestis no mercado de trabalho.

Esta dissertação traz, como um de seus apêndices, uma proposta de programa de valorização profissional de travestis. Ela foi construída a partir do estudo de iniciativas já em desenvolvimento em estados brasileiros, buscando combinar aspectos considerados positivos em cada uma delas. Considera-se ser necessário desenvolver políticas públicas especialmente dirigidas a esse grupo social. Para tanto, é fundamental o planejamento e a execução de iniciativas inclusivas de educação e de qualificação profissional e de promoção da inserção e da permanência de travestis no mercado de trabalho.

A proposta apresentada tem o propósito de fortalecer as estratégias de melhoria das condições de trabalho e de vida das travestis e sua aceitabilidade pela sociedade. Ela está voltada, em primeiro lugar, para as próprias travestis, mas também se dirige aos educadores, pais, empregadores, poderes públicos e a todos que se interessam pela ampliação dos direitos sociais e de cidadania.

Políticas públicas de inserção cuidadosamente delineadas, programas sociais (de educação, trabalho, saúde etc.) estruturados, campanhas sistemáticas e empenho da sociedade podem resultar em medidas eficazes no combate à discriminação e ao sofrimento imposto às vítimas dos preconceitos contra travestis. Esse estudo focalizou um dos aspectos mais dolorosos da discriminação contra elas: a falta de livre acesso ao mercado de trabalho. Pretendeu-se, assim, dar visibilidade às dificuldades que esse segmento sociocultural encontra frente ao mercado de trabalho na busca da realização das suas aspirações profissionais e contribuir para que realmente se efetivem ações de políticas públicas que possam promover seu acesso à capacitação, ao emprego, fortalecendo sua aceitação social pela sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, F. <<http://ideias-canhotas.blogspot.com/>>. Acesso em: 10/fev. 2012.
- ALVES-MAZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais*. São Paulo: Pioneira, 1998, p.163.
- ANDRADE, A. *Grupo gay*. Rio de Janeiro: Planeta Gay Books, 1998, p.18.
- ARANHA, Antônia; MACHADO, Lucília. Qualificação profissional. FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Eds.). *Dicionário de Educação Profissional*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000, p. 274.
- ARAÚJO, Ronaldo. Orientação para o trabalho; orientação profissional. FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Eds.). *Dicionário de Educação Profissional*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000, p. 232.
- BABA, James. The discrimination faced by tranvestites. In *Helium: Society and Lifestyle: Ethnicity & gender*. Disponível em: <<http://www.helium.com/items/1732363-the-discrimination-faced-by-transvestites>>. Acesso em 07 jan. 2010.
- BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda Feita: o Corpo e o Gênero das Travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: História e Crítica de um Preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Ensaio Geral, 2009.
- BRASIL. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Elaboração, organização e revisão de textos: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos. *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais – Orientação Sexual*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.
- CAMPBELL, Ulisses. Diversidade e Solidão. Disponível em: <[http://www.direitoshumanos.etc.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=176:diversidade-e-solidao&catid=41:lgbtt](http://www.direitoshumanos.etc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=176:diversidade-e-solidao&catid=41:lgbtt)>. Acesso em 02 fev. 2011.
- COSTA, Cândida. *Reforma de Estado e Impactos nas relações de Trabalho*. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/nesth/IIIseminario/texto19.pdf>. Acesso em 05 set. 2010.
- FERREIRA, Rubens da Silva. A Informação Social no Corpo Travesti: Uma Análise sob a perspectiva de Erwin Goffman. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 38, n. 2, p. 35-45, maio/ago. 2009.

FIDALGO, Fernando & MACHADO, Lucília (Eds.). *Dicionário de Educação Profissional*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho. Selo Paulista da Diversidade. Disponível em <<http://www.diversidade.sp.gov.br/>>. Acesso em 19 mai. 2012.

GRUPO ARCO-ÍRIS Cidadania LGBT. Seminário Nacional discute Trabalho, Oportunidades e Previdência para Travestis e Transexuais - Governo e sociedade civil se juntam para encontrar soluções. Disponível em: <[https://www.naohomofobia.com.br/noticias/mostraNoticia.php?Section=5&id\\_content=>](https://www.naohomofobia.com.br/noticias/mostraNoticia.php?Section=5&id_content=>)>. Acesso em: 25 ago. 2009.

GRUPO GAY DA BAHIA. 100 Desviantes sexuais mais célebres na história do Brasil. Salvador: s.e., 2000.

IRIGARAY, H. Estratégias de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, XXXI, 2007, Rio de Janeiro. *Anais ENANPAD*, 2007.

\_\_\_\_\_. Travestis e Transexuais no Mundo do Trabalho. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (orgs.) *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 121-147.

KULICK, D. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. (Trad. Cesar Gordon), Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LEITE Jr., George. Nossos Corpos Também Mudam: Sexo, Gênero e a Invenção das Categorias “Travesti” e “Transexual” no Discurso Científico. Tese de Doutorado. PUC-SP, 2008.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. *Naturalistic Inquiry*. London: Sage Publication, 1985.

MACHADO, Lucília. Inserção profissional. FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Eds.). *Dicionário de Educação Profissional*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000, p. 189.

MACHADO, Lucília. Orientação Profissional: a necessária renovação conceitual e reorganização política. In: BLAS, F. A.; PLANELLS, J. *Desafios atuais da educação técnico-profissional*. Madri: OEI; Fundação Santillana, 2009, p. 89-100.

MACDOWELL, Pedro de Lemos. Geografia do Gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos populacionais, realizado em Caxambu, MG. Brasil. 2008. p. 6

MCNAUGHT, B. *Gay issues in the workplace*. New York: St. Martin's Press, 1993.

MOTT, L. Homofobia no Brasil. *Arquipélago: Revista de Livros e Idéias*. Porto Alegre, N.7, Instituto Estadual do Livro, out. 2006, p. 19-21,

\_\_\_\_\_. *Homofobia*. San Francisco: The International Gay and Lesbians Human Rights Commission. IGLHRC/Grupo Gay da Bahia, 1997.

PELUCIO, L. Travestis brasileiras: singularidades nacionais, desejos transnacionais. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26ª, 2008, Porto Seguro. *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro, 2008 p. 2.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 246-247. (Coleção Educação para Todos, vol. 32)

\_\_\_\_\_. *Subjetividade das Travestis Brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. In: BORRILLO, Daniel. *Homofobia: História e Crítica de um Preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica editora, Ensaio Geral, 2009.

\_\_\_\_\_. (Coord.); RODRIGUES, Cristiano Santos; MACHADO, Frederico Viana. *Participação, política e homossexualidade: 8ª Parada LGBT de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2006. 86 p.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Metas e Resultados. Disponível em <<http://www.bhmetasresultados.com.br/>>. Acesso em 19 mai. 2012.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria de Participação e Parceria. Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cads/>>. Acesso em 19 mai. 2012.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Assistência Social. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smas/exibeconteudo?article-id=1175881>>. Acesso em 19 mai. 2012.

SARUG, D. R. > *Entrevista*. in: *Presença Pedagógica*. v.15, n. 85. Jan/fev. 2009.

SARAIVA, L. A. S. Além dos estigmas profissionais. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (orgs.). *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p.150-1.

SILVA, Hélio R. S. *Travestis: entre o espelho e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SIQUEIRA, M. V., ANDRADE, Augusto. Em busca de uma pedagogia gay no ambiente de trabalho. In: FREITAS, M. E., DANTAS, M. (orgs.). *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 99-120.

SIQUEIRA, Mônica. *Sou Senhora* - Um Estudo Antropológico sobre travestis na Velhice. Dissertação de mestrado. PPGAS-UFSC, 2004. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st\\_45.html](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_45.html)>.

SOUZA JÚNIOR, Justino. Mercado de trabalho. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Eds.). *Dicionário de Educação Profissional*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000, p. 203-204.

TEIXEIRA, Tânia; HAAS, Cláudia. Inserção no mercado de trabalho; condições de ingresso no mercado de trabalho. FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Eds.). *Dicionário de Educação Profissional*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000, p. 188.

WOLFE, Barry Michael. *Travestis Brasileiras*. NUPRI, USP. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/nupri/?seminario/mostrar/id/311>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

ZAULI, Eduardo. Mercado formal; mercado informal; setor formal; setor informal. In: FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília (Eds.). *Dicionário de Educação Profissional*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, 2000, p. 206.

## **APÊNDICE I - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

Alguns programas de política pública vêm sendo desenvolvidos visando à valorização profissional da comunidade LGBTT. Um em São Paulo, identificado por POT (Programa Operação Trabalho), da Secretaria Municipal do Trabalho de São Paulo. O outro, no Rio de Janeiro, Projeto Damas, da Prefeitura do Rio em parceria com a Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual e a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Instituído pela Lei nº. 13.178 de 17 de setembro de 2001, com nova redação dada pela Lei 13.689 de 19 de dezembro de 2003, o programa POT oferece atividades de capacitação teóricas e práticas, além de um salário mínimo como auxílio mensal, para quem conseguir ingressar em um dos programas existentes. O objetivo é aumentar os conhecimentos sobre atividade profissional, direitos, cidadania, segurança no trabalho e conhecimentos específicos na área em que o beneficiário fizer parte.

O tempo de permanência no programa varia de acordo com o projeto, não podendo ultrapassar 24 meses. O Operação Trabalho mantém projetos em parcerias com seis subprefeituras de São Paulo, três secretarias municipais, além de duas entidades não-governamentais. Os requisitos legais para participar do POT são os seguintes: ter no mínimo 18 anos, residir na cidade de São Paulo há, pelo menos, um ano, estar desempregado há mais de quatro meses e não receber qualquer benefício do governo. A renda familiar deve ser igual ou inferior a meio salário mínimo. A jornada de atividades no programa, para quem consegue uma oportunidade é de seis horas diárias, de segunda a sexta-feira, totalizando 30 horas semanais, desenvolvidas sem o compromisso de criar vínculos empregatícios. No Programa Operação Trabalho são desenvolvidos 16 Projetos em parcerias com entidades públicas ou privadas.

Também devem ser consideradas as alternativas vislumbradas por alguns serviços sociais de recolocação no mercado formal de trabalho. Essas iniciativas aparecem em número reduzido, voltando seu esforço para a profissionalização e/ou encaminhamento para o mercado de trabalho com carteira assinada. Estas iniciativas estão apoiadas em parcerias com empresas privadas que aceitam abrir vagas.

O POT LGBTTT é uma parceria da CADS (Coordenadoria de Assuntos de Diversidade Sexual da Secretaria de Participação e Parceria da Prefeitura de São Paulo) com a Secretaria Municipal do Trabalho para a elevação da escolaridade e capacitação profissional visando à inserção no mercado de trabalho de pessoas em situação de alta vulnerabilidade.

A outra iniciativa é o Projeto Damas da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura do Rio de Janeiro. Pioneiro no Brasil, teve início em 2006. Esse projeto tem ações voltadas para a inclusão escolar, acompanhamento médico, psicológico e jurídico, oficinas de valorização e elevação da auto-estima e cursos profissionalizantes. Também fazem parte do cronograma, aulas de informática, exibição de filmes, conhecimento de leis, direito homoafetivo e até etiqueta.

Após breve interrupção, foi ampliado e reformulado pela Resolução Conjunta CEDS/SMAS N° 001/2011, de 18 de maio de 2011, assinada pelo secretário municipal de Assistência Social, Rodrigo Bethlem, e pelo então coordenador especial da Diversidade Sexual, Carlos Tufvesson.

Em 2012, o Damas trouxe, como acréscimo, um enfoque no Ensino Fundamental (em parceria com a Secretaria Municipal de Educação) e no Ensino Médio (em parceria com a Secretaria de Estado de Educação) como forma de reparar a evasão escolar sofrida por essa comunidade, assim como uma reformulação no programa visando adaptá-lo às necessidades modernas de inserção no mercado profissional.

Dentre as atividades que acontecem em 100 encontros durante 27 semanas, as alunas desenvolvem oficinas de trabalho, ética e comportamento, representação dos espaços de trabalho disponíveis, orientação vocacional, educação, noções de direitos humanos e visitas guiadas a locais tais como o Centro Cultural Banco do Brasil, por exemplo.

Os resultados obtidos têm sido considerados superiores aos esperados. Foi comprovada a adesão do público-alvo ao projeto, que tem dois módulos. O primeiro é um mês de capacitação intensiva para o mercado formal de trabalho. O segundo consiste em um estágio de três meses em empresas, órgãos públicos, ONGs etc, para adquirir ou reforçar

potencialidades e experiências profissionais. Hoje, o projeto alcança a marca de cem ‘trans’ atendidas e tem, em média, 20 formalmente empregadas.

Esses projetos, seus pontos positivos e negativos foram discutidos no Grupo de Trabalho Políticas Públicas: “Trabalho e Segurança” do 7º Encontro de Travestis e Transexuais da Região Leste e 1º Encontro Nacional da Rede Trans Educ, realizado na UFMG, de 06 a 09/05/2012.

Em relação ao POT, foram apontadas algumas falhas no acompanhamento das bolsistas. Segundo as travestis participantes do GT, houve ocorrências de casos em que as bolsistas não frequentaram os cursos que se propuseram fazer e usaram o dinheiro da bolsa para financiar outros itens, como aluguel, alimentação, remédios, cirurgias. Houve também um grande número de evasões em função de irregularidades quanto à comprovação dos gastos com a qualificação. Foram contempladas 34 bolsistas. Segundo as travestis, essas falhas precisam ser sanadas e o programa deve ser reformulado.

Ainda no entendimento do GT, o Projeto Damas apresenta uma falha significativa: as travestis são aceitas como estagiárias, e aprendem a exercer determinada função em uma empresa, mas não se qualificam formalmente. Após o período de doze meses (tempo de duração do estágio), a travesti está sem trabalho e sem uma comprovação de qualificação.

O GT concluiu que seria interessante fazer uma combinação dos dois projetos, POT e Damas, proporcionando às travestis qualificação, estágio e emprego. Outra questão relevante apontada é a necessidade de trabalhar educativamente as travestis para que não entendam os programas como assistencialismo.

O GT apresentou outra iniciativa ocorrida em São Paulo. Trata-se do Selo Paulista da Diversidade. Esse selo é atribuído às empresas que se dispõem a oferecer vagas de trabalho às travestis. O selo paulista tem como objetivo promover a inclusão e a igualdade de oportunidades e tratamento aos membros de grupos discriminados pela sociedade. Criado pela Secretaria de Relações Institucionais do Estado de São Paulo e Fundação do Desenvolvimento Administrativo, o Selo Paulista da Diversidade será usado por todas as empresas que comprovarem ser *gay-friendly* de acordo com os



critérios pré-estabelecidos pelo Governo do Estado e seu Comitê Gestor, que terá a participação de cidadãos comuns.

Outra iniciativa que promove a visibilidade das travestis e chama a atenção para a importância da discussão do tema é o prêmio Direitos Humanos, Cultura e Promoção da Cidadania de Travestis e Transexuais, atribuído em 2010. O tema foi escolhido pela Associação das Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (ASTRA-Rio) que quer apresentar a importante e desconhecida figura de Francisco Manicongo, que neste prêmio é chamado pelo seu nome social: Xica Manicongo. Xica foi uma travesti negra, a primeira no Brasil que se tem notícia, escrava de um sapateiro de Salvador, do século XVI, símbolo de luta e resistência de uma época em que negar o sexo de identidade biológica era tido como heresia e digno de punição. Segundo a presidente da ASTRA-Rio, em 2010, Majorie Marchi, *Xica foi denunciada à inquisição por recusar-se a usar roupas masculinas e a atender por seu nome de batismo.*

A história dela é exemplo da presença de travestis e transexuais na história do Brasil e representa a afirmação político-social da luta pelo reconhecimento da identidade além do biológico. Essa figura emblemática foi descoberta pelo antropólogo e pesquisador Luiz Mott fundador do Grupo Gay da Bahia, em 1992. O Troféu Xica Manicongo faz parte do mês da Visibilidade Trans e é atribuído pela ASTRA-Rio (Figura 10). Esse prêmio abrange as seguintes categorias: Parceiro-Trans, Visibilidade Positiva; Melhor Espetáculo Cultural; Projeto do Ano em artes cênicas, e Atriz-trans; entre outros.

**Figura 10. Troféu Xica Manicongo<sup>19</sup>**



<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.consciencia.net/agencia/tema/xica-manicongo/>>. Acesso em: 09 mai. 2012

Embora essa premiação não vise especificamente à questão da valorização profissional da travesti e suas oportunidades de inserção e permanência no mercado de trabalho, ao premiar um empresário, uma agência internacional, um espetáculo cultural, uma peça de teatro e uma atriz-trans, a temática do trabalho e suas decorrências estão implícitas.

Na categoria Visibilidade Positiva foi a agraciada a campanha Igual a Você que visa sensibilizar a sociedade brasileira para o respeito às diferenças que caracterizam cada um dos grupos sociais inseridos na campanha, reafirmando a igualdade de direitos.

Liderada pelo *Joint United Nations Programme on HIV/AIDS* - UNAIDS e por outras Agências da ONU (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - UNESCO, *United Nations Office on Drugs and Crime* - UNODC, ONU-Mulheres e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR), a campanha tem a parceria de redes da sociedade civil que lutam pela igualdade de direitos: ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), AMNB (Associação Brasileira de Mulheres Negras Brasileiras), ANTRA (Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros), Movimento Brasileiro de Pessoas Vivendo com HIV/Aids e Rede Brasileira de Prostitutas. O material foi produzido pela agência [X]Brasil – Comunicação em Causas Públicas e gravado em estúdio com trilha sonora original de Felipe Radicetti.

A campanha chama a atenção para o preconceito que estudantes, gays, lésbicas, pessoas vivendo com HIV, população negra, profissionais do sexo, refugiados, transexuais e travestis e usuários de drogas vivenciam todos os dias no Brasil. O preconceito se manifesta por meio de atitudes e práticas discriminatórias, tais como humilhações, agressões e acusações injustas pelo simples fato de as pessoas fazerem parte de um grupo social específico. São dez filmetes e *spots* de rádio de 30 segundos cada, os quais também estão disponíveis com legendas em inglês e espanhol e cuja distribuição e divulgação é livre.

Com relação a políticas públicas do município de Belo Horizonte, a Prefeitura lançou, em 2009 o Planejamento Estratégico Belo Horizonte 2030, definindo objetivos e indicadores para a cidade alcançar até essa data. No site destinado a tratar das metas e

resultados<sup>20</sup> também estão disponíveis todos os documentos que serviram de base para a elaboração do planejamento: a análise sobre como está a Belo Horizonte atual, os cenários possíveis e as propostas para 2030. No dia 14/05/12, o Fórum de Assuntos Estratégicos teve mais uma edição, realizada na Prefeitura, no Centro da capital, presidido pelo prefeito, Márcio Lacerda, reunindo cerca de 50 integrantes de vários segmentos da sociedade. Seu objetivo foi mostrar a evolução de indicadores de qualidade de vida a serem atingidos até 2030. Com essa prática, pretende-se dar mais eficácia à gestão pública, implantando as melhorias em diversos setores da administração municipal. A responsabilidade pelo evento é da Secretaria Municipal de Desenvolvimento.

Jovens e adultos, prioritariamente, beneficiários de programas sociais desenvolvidos pelo município de Belo Horizonte, cadastrados nas unidades municipais do Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda – SPETR/BH constituem o público-alvo do Fórum e seu objetivo geral é oferecer cursos de qualificação, aumentando a possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal e em oportunidades de geração de trabalho e renda.

Entre outros, o Fórum pretende alcançar os objetivos de aumentar o número de pessoas inseridas no mercado de trabalho, de 7.000 (2008) para 42.000 até 2012, provenientes do cadastro SINE/BH. A Prefeitura de Belo Horizonte disponibilizou mais de 65 mil vagas em diversas modalidades de qualificação no período 2009-2010. Em 2011, cerca de 55 mil vagas foram disponibilizadas, totalizando 119.877 oportunidades. Em 2012, foram disponibilizadas 2.706 vagas, totalizando 122.575 oportunidades oferecidas desde 2009.

A SMADC, Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania, por meio das Coordenadorias dos Direitos da Mulher - COMDIM, de Direitos Humanos - CMDH, dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPPD, de Promoção da Igualdade Racial – CPIR e dos Direitos da Pessoa Idosa – CDPI desenvolve o programa Espaço da Cidadania.

---

<sup>20</sup> Disponível em: [www.pbh.gov.br/bhmetaseresultados](http://www.pbh.gov.br/bhmetaseresultados).

O Programa é de caráter afirmativo e geração de renda. Está baseado na Economia Popular Solidária, reforçando a autonomia na geração de trabalho e renda. Tem por finalidade a formação, socialização e integração de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de segmentos discriminados e/ou excluídos por motivos étnico-raciais, de gênero, classe social, geracional e de orientação sexual, entre outros, na busca de garantir a igualdade de oportunidades. *O Espaço da Cidadania é para acolher pessoas em situação socialmente vulnerável, centrado nas pessoas atendidas pelas coordenadorias, e tem como princípio a geração de renda para os inscritos no Programa*, declarou Antônio Marcos (Toninho), coordenador do programa.

Conforme podem ser observadas, as ações da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte apresentam interesse pelo cuidado com o cidadão e o seu desenvolvimento e bem-estar, apesar do seu alcance ainda insuficiente face às necessidades sociais. Por outro lado, como acontece com as políticas públicas para o trabalho no Brasil, as ações não são específicas para nenhum grupo, são de caráter geral. Observa-se a atenção com os direitos humanos, com as pessoas de situação de vulnerabilidade, com os idosos, entre outros. Todavia, não existe nenhuma referência explícita a um trabalho de recrutamento, capacitação e colocação no mercado de trabalho formal das travestis em Belo Horizonte.

Em vista do exposto acima e com base nos resultados da pesquisa realizada e que originou a dissertação de mestrado Valorização profissional de travestis: das estratégias pessoais às políticas públicas, chegou-se à ideia de um programa a ser desenvolvido como intervenção social, apresentado a seguir.

### **PACE – Travestis: Programa de Acesso à Capacitação e ao Emprego**

**Objetivo:** valorização profissional de travestis por meio de orientação profissional, oferta de cursos de educação profissional e tecnológica e ações de intermediação e encaminhamento às oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda.

**Realizadores:** parcerias envolvendo estado e sociedade civil. Da parte do poder público, CRLGBT – Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT da PBHMG, Betim e Contagem, Secretarias estaduais e municipais e suas subsecretarias

(Direitos Humanos, Educação, Trabalho, Ação Social), escolas das redes públicas. Da parte da sociedade civil, empresas, escolas e movimentos organizados em defesas de travestis.

**Cursos:** de formação inicial e continuada (cursos de qualificação) e de educação profissional técnica de nível médio (cursos técnicos, conforme estabelecem o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos<sup>21</sup> e Parecer CNE/CEB nº 11/2012 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio) oferecidos pelas redes pública e particular. A oferta desses cursos deverá ser acompanhada de orientação profissional fundamentada no princípio da centralidade no sujeito sociocultural, no caso, travesti.

**Intermediação ao emprego:** criação de um banco de dados de oportunidades de empregos, cadastro com nome social das travestis qualificadas e desenvolvimento de metodologia apropriada de mediação entre futuros empregadores e empregadas.

**Auxílio Financeiro:** bolsa de um salário mínimo durante a realização do curso.

**Estágio:** estágio remunerado pelas empresas parceiras com o piso de um salário mínimo, por um período determinado pela empresa ou em caso de estágio não remunerado, auxílio financeiro provido pelo projeto de um salário mínimo por um período de, no máximo, um ano.

**Titulação:** Certificação ao término dos cursos de formação inicial e continuada e diplomação no caso de conclusão de cursos técnicos.

**Crerios para participação no projeto:** ser travesti, estar desempregada, ter interesse pelos cursos oferecidos e estgios disponveis.

**Requisitos para recebimento do auxílio:** comprovaçao mensal de frequencia ao curso de, no minimo, 75% da carga horaria e comprovaçao de aprovaçao nas avaliaçoes pedagogicas.

---

<sup>21</sup> Disponível em: < <http://catalogonct.mec.gov.br/>>.

**Desligamento do projeto:** será desligada do programa a participante que não cumprir os requisitos estabelecidos.

Para a viabilização deste programa de caráter intersetorial, serão fundamentais: a estratégia do financiamento das ações, o envolvimento das diferentes esferas do poder público, nos seus diferentes níveis e a mobilização das empresas para empregar pessoas desse grupo. O Programa deverá estimular o respeito e a valorização da travesti e incentivar sua profissionalização, inserção e permanência no mercado de trabalho. Os gestores deste projeto deverão orientar as entidades ofertantes dos cursos quanto às recomendações a serem observadas no relacionamento com as participantes.

Para estimular as empresas a participarem do programa os gestores deverão organizar oportunidades de discussão e preparação para receber e conviver com esse público diferenciado.

Outro estímulo para as empresas seria a criação de um selo, nos moldes do Selo da Diversidade de São Paulo, atribuível às empresa que manifestarem interesse em receber a travesti como estagiária e ou funcionária. Este selo poderá ser anexado ao seu material de publicidade (folders, banners, etc) visando ao seu reconhecimento pela sociedade como empresa socialmente responsável. Além do selo, os gestores poderiam estudar, junto aos órgãos competentes, a isenção de impostos para as empresas participantes. É necessário, informar, sensibilizar a respeito dessa oportunidade de exercer sua cidadania e trabalhar para a inclusão.

Os gestores do PACE-Travestis poderão discutir com as entidades e órgãos do poder público que estiverem nele envolvidos a conveniência da criação de um prêmio, a exemplo do Troféu Xica Manicongo, para incentivar, divulgar, expor, partilhar iniciativas que tenham como foco de atenção a travesti.

## **APÊNDICE II - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título da pesquisa:

Valorização profissional de travestis: das estratégias pessoais às políticas de inclusão

Nome da pesquisadora principal ou orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucília Machado

Nome do pesquisador assistente/aluno: Lincoln de Oliveira Rondas

### 1. Natureza da pesquisa:

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa, que tem como finalidade analisar as estratégias de valorização profissional que as travestis têm utilizado em Belo Horizonte para enfrentarem o desafio da inserção e permanência no mercado de trabalho formal.

### 2. Participantes da pesquisa:

Serão entrevistadas doze travestis que estão trabalhando no mercado de trabalho de Belo Horizonte, Betim e Contagem.

### 3. Envolvimento na pesquisa:

Ao participar deste estudo, você contribuirá para que os pesquisadores identifiquem os desafios vividos pelas travestis em função do seu modo diverso de ser, as formas que elas usam para conseguir realizar seu desenvolvimento e valorização profissional e propostas que possam superar as dificuldades que vivem nas relações de trabalho.

Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo.

Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa por meio do telefone dos pesquisadores do projeto e, se necessário, do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

#### 4. Riscos e desconfortos:

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

#### 4. Confidencialidade:

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e sua orientadora terão conhecimento dos dados.

#### 5. Benefícios:

Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa trazer contribuições para o planejamento e execução de políticas de educação e de qualificação profissional inclusivas, promovendo a inserção e a permanência das travestis no mercado de trabalho formal de Belo Horizonte.

#### 6. Pagamento:

Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

---

Nome do participante da pesquisa

---

Assinatura do participante da pesquisa

---

Autorizo a gravação da entrevista e sua divulgação:

Sim ( ) Não ( )

---

Assinatura do participante da pesquisa

---

Assinatura do pesquisador

---

Assinatura da orientadora

Pesquisadora principal: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucília Machado (31 - 9985-4181)

Pesquisador assistente: Lincoln de Oliveira Rondas (31 - 87476215)

Comitê de Ética em Pesquisa/UNA: R. Guajajaras, 175, 4º andar – Belo Horizonte/MG

# APÊNDICE III - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

## 1ª PARTE

Dados do perfil social, cultural, educacional e profissional:

Idade: \_\_\_\_\_

Autoclassificação étnico-racial:

\_\_\_\_\_

Grau de escolaridade:

Ensino Fundamental completo: \_\_\_\_\_

Ensino Fundamental incompleto: \_\_\_\_\_

Ensino Médio completo: \_\_\_\_\_

Ensino Médio incompleto: \_\_\_\_\_

Ensino Superior completo: \_\_\_\_\_

Ensino Superior incompleto: \_\_\_\_\_

Cursos de educação profissional realizados: (nomes dos cursos e duração)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Situação de trabalho ATUAL:

Empregada?

\_\_\_\_\_

Onde trabalha?

\_\_\_\_\_

Há quanto

Tempo? \_\_\_\_\_

Com carteira assinada? \_\_\_\_\_

Como conseguiu este emprego?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

---

---

---

---

Grau de satisfação ou insatisfação com este emprego?

---

Justificativas para esse grau de satisfação ou insatisfação com este emprego?

---

---

---

---

---

Situações de trabalho ANTERIORES:

Com que idade você começou a trabalhar?

---

Atividades de trabalho que já exerceu?

---

---

---

---

---

---

---

Destas atividades de trabalho, quantas foram exercidas com carteira profissional assinada?

---

Renda:

Renda pessoal mensal? \_\_\_\_\_

Renda familiar mensal? \_\_\_\_\_

Número de pessoas que dependem da renda familiar? \_\_\_\_\_

Entidades às quais está filiada ou das quais participa: (religiosas, de defesa de direitos, culturais etc.)

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## **2ª PARTE**

Discorra livremente sobre todas as dificuldades que você já encontrou ou tem encontrado para se inserir e permanecer no mercado de trabalho formal (carteira assinada)? Fale sobre:

- Dificuldades vindas das relações na família;
- Dificuldades vindas das relações com outras pessoas fora da família;
- Dificuldades vindas das relações de trabalho;
- Dificuldades vindas de você mesma.

## **3ª PARTE**

Discorra livremente sobre o que você já fez ou vem fazendo para se qualificar profissionalmente. Fale sobre:

- Seus objetivos com relação à busca de sua qualificação profissional;
- As decisões que você já tomou ou vai tomar visando melhorar sua qualificação profissional;
- O que você já fez ou vai fazer para melhorar sua qualificação profissional.

## **4ª PARTE**

Discorra livremente sobre seu engajamento ou não em ações coletivas de valorização das travestis no mercado de trabalho e na sociedade. Fale sobre:

- Se você tem buscado participar destas ações coletivas;
- Quais têm sido suas formas de participação neste tipo de ações;
- Seus sentimentos em relação a este tipo de participação;
- Suas esperanças e dúvidas com relação a essas ações coletivas.

## ANEXO I



una

Belo Horizonte, 11 de Julho de 2011.

Ao  
Pesquisador principal do projeto abaixo identificado

<p><b>Título/Projeto:</b> “Valorização profissional de travestis: das estratégias pessoais às políticas de inclusão” <b>Orientador/ Prof<sup>a</sup> Dra. Lucília Regina de Souza Machado</b></p>
---

Após análise do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) na reunião do dia 06 de Julho de 2011, informamos que o mesmo foi:

aprovado     aprovado com sugestões     aprovado com restrições     reprovado.

Lembramos ao pesquisador principal que o mesmo deverá encaminhar um relatório parcial ou ao final da pesquisa até o dia (06 de Janeiro de 2012).

O CEP deseja aos pesquisadores sucesso em sua trajetória de pesquisa!

**Atenciosamente,**

**Prof<sup>a</sup>. Elaine Linhares de Assis Guerra**  
**Coordenadora do CEP**  
**Centro Universitário UNA**